

24/10/2019

Grande Imprensa

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Guedes quer eliminar piso para saúde e educação em estados e municípios](#)

[Após comprar 6 escolas em 3 dias no Paraná, Positivo negocia no Nordeste](#)

[Próximo conflito: servidores federais](#)

[Empresas desembolsam R\\$ 2,7 mi para reformar escola em que houve massacre em SP](#)

[Ministro do Apocalipse](#)

[Escolas de negócios ajustam foco para administração de redes sociais](#)

[Mais baratos que MBA, microcursos oferecem atualização imediata](#)

[MBA para recém-formado ajuda jovem a entrar no mundo executivo](#)

[Aula de big data atrai gente de todas as áreas](#)

[Modelo de formação está em crise nos EUA; no Brasil, procura aumenta](#)

[Microcursos oferecem atualização imediata](#)

[Escolas de negócios ajustam foco para administração de redes sociais](#)

[Meu amigo chileno](#)

Imprensa Estadual

A CRÍTICA - AM

[Avaliação in loco criteriosa](#)

J. DO COMMERCIO - PE

[R\\$ 2,4 milhões para pesquisas](#)

Agências de notícias e sites

AGROSOFT

[EMBRAPA DEFENDE INVESTIMENTO EM PESQUISA PÚBLICA](#)

G1

[UFPA atende mais de 14 mil docentes em plano de formação de professores que](#)

[completa 10 anos](#)

RD NEWS

[UFMT retoma o pagamento das bolsas](#)

SEGS - PORTAL NACIONAL

[MEC realiza conferência para discutir estratégias de alfabetização no Brasil](#)

PORTAL CARTA CAPITAL

[Educação sexual para crianças: qual é a melhor forma de tratar o tema?](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Congresso aprova crédito extra para ministérios e estatais](#)

[Escolas cívico-militares têm base em argumento enganoso, diz especialista](#)

Imprensa Estadual

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO

[Audiência pública debate melhorias para a educação em Rondônia](#)

ESTADO DE MINAS - MG

[AMB vê indústria de diplomas](#)

O DIA - RJ

[Nova Iguaçu abre a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA FOLHA

[Avaliação de pós-graduação passará a incluir impacto social e interação regional](#)

AGÊNCIA SENADO

[CE aprova R\\$ 146 bilhões para educação básica no Orçamento de 2020](#)

CICLO VIVO

[Pesquisadores criam plástico de mandioca: transparente e resistente](#)

GOVERNO DE SP

[Pesquisadores da USP desenvolvem novo plástico biodegradável](#)

JORNAL OESTE

[Direção do IFMT em Cáceres e Sinasefe apresentam demandas para parlamentar durante audiência pública da Câmara Federal no município](#)

MAXPRESSNET

[Qual o impacto do bem-estar de suínos machos na cognição e emoção da prole?](#)

NEXO

[Os efeitos do desbloqueio tardio de verbas para as universidades](#)

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA

[CAPES sedia conferência pela alfabetização](#)

SBT

[Pesquisadores da USP desenvolvem novo plástico biodegradável](#)

SÉCULO DIÁRIO

[Movimentos sociais questionam eficácia do tratamento de comunidades terapêuticas](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Tenho certeza que Weintraub me vê como inimiga, diz Tabata Amaral](#)

R7

[MEC divulga horário de provas do Enem em cada estado](#)

TERRA

[Falta de qualificação é barreira para expansão da IA](#)

Agências de notícias e sites

G1

[Acadêmico da Ufopa é premiado em encontro nacional de inteligência artificial, em Salvador](#)

JORNAL DA CIÊNCIA

[Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprova R\\$ 146 bilhões para educação básica no Orçamento de 2020](#)

[Proposta do governo de extinção de Capes e CNPq destrói sistema de pesquisa Nova etapa na luta por recursos para a ciência](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO

Guedes quer eliminar piso para saúde e educação em estados e municípios
Percentual mínimo pode ser somado para gestores usarem livremente os recursos dessas áreas

Brasília

O ministro da Economia, Paulo Guedes, estuda a eliminação dos patamares mínimos que estados e municípios devem aplicar em saúde e educação. A mudança está na minuta da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) prestes a ser apresentada ao Congresso para mudar regras fiscais e orçamentárias.

O pacto ainda prevê a criação do Conselho Fiscal da República, que vai monitorar a política fiscal no país.

O colegiado será composto pelos presidentes da República, da Câmara, do Senado, do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal de Contas da União, além de governadores e prefeitos quando convidados.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/10/guedes-quer-eliminar-piso-para-saude-e-educacao-em-estados-e-municipios.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL S.A.

Após comprar 6 escolas em 3 dias no Paraná, Positivo negocia no Nordeste Grupo de ensino também estuda comprar instituição no Mato grosso do Sul e tem interesse em São Paulo

Aprendizado Na esteira do renovado movimento de consolidação do mercado de educação, o grupo Positivo pode em breve expandir suas fronteiras para além do Sul, onde está concentrado desde sua fundação nos anos 1970. A empresa negocia comprar escolas em Mato Grosso do Sul e em ao menos um estado do Nordeste, além de ter interesse em ativos no Sudeste, segundo quem conhece os planos. Neste mês, o apetite do Positivo levou à aquisição de seis instituições em três dias seguidos.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/columnas/painelsa/2019/10/apos-comprar-6-escolas-em-3-dias-no-parana-positivo-negocia-no-nordeste.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO

Próximo conflito: servidores federais

Sem cortar despesa com funcionários, teto de gastos e governo estouram em 2 anos

Nas próximas semanas, o governo começa um conflito sério com servidores federais e com todos os defensores de gastos obrigatórios mínimos com saúde e educação. Caso seja derrotado, é razoável esperar que o funcionamento da máquina do governo se torne inviável na virada de 2021 para 2022, no mais tardar.

“Inviável” significa não ter dinheiro para pagar despesas como serviços de tecnologia da informação dos quais dependem o funcionamento da Receita e do INSS, por exemplo, o que parece, na prática, impossível.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/columnas/viniustorres/2019/10/proximo-conflito-servidores-federais.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Empresas desembolsam R\$ 2,7 mi para reformar escola em que houve massacre em SP

Escola Raul Brasil, em Suzano, vai ganhar novas salas e amplo espaço de convivência

São Paulo

Um conglomerado de dez empresas vai investir aproximadamente R\$ 2,7 milhões na reforma e na revitalização da Escola Estadual Raul Brasil, em Suzano (Grande São Paulo).

O anúncio foi feito nesta quarta-feira (23) por Rossieli Soares, secretário da Educação da gestão João Doria (PSDB).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/10/empresas-se-unem-e-desembolsam-r-27-mi-por-reforma-de-escola-alvo-de-massacre-em-sp.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ILUSTRADA

Ministro do Apocalipse

Para assumir o Meio Ambiente, não há nada pior do que Ricardo Salles

Em um país polarizado, Ricardo Salles é uma das poucas unanimidades. Ele é tão impopular que divulgou, ele mesmo, a hashtag #SomosTodosRicardoSalles. Nas redes sociais, equivale a dar like na própria foto ou fazer uma declaração de amor para si próprio. Até o ministro da Educação Abraham Weintraub, um lunático pueril, tem mais apoiadores.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/flavia-boggio/2019/10/ministro-do-apocalipse.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Escolas de negócios ajustam foco para administração de redes sociais

Marketing conectado e consumidor empoderado exigem líder à altura do desafio

São Paulo

Reunidos em redes sociais, consumidores de produtos e serviços passaram a constituir verdadeiras comunidades digitais. Para ter uma interlocução saudável —e rentável— com suas comunidades, as empresas procuram hoje profissionais capazes de gerir suas redes.

Ao perceber a necessidade de uma formação específica para fazer frente a esse novo desafio, escolas de negócios de todo o Brasil estão oferecendo programas de MBA com o foco em gestão de redes sociais/digitais.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/sobretudo/carreiras/2019/10/escolas-de-negocios-ajustam-foco-para-administracao-de-redes-sociais.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Mais baratos que MBA, microcursos oferecem atualização imediata

Programas de curta duração atendem interesse em habilidades específicas e de rápida aplicação

São Paulo

Para acompanhar um mundo mutante e atender a busca do mercado por atualização, instituições oferecem os “nanodegrees”: microcertificações obtidas a partir de cursos livres de curta duração.

Focados no desenvolvimento de habilidades específicas, esses cursos trazem conteúdos pontuais que resolvem uma carência do profissional. Permitem personalização, são mais baratos e mais rápidos do que um MBA.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/sobretudo/carreiras/2019/10/mais-baratos-que-mba-microcursos-oferecem-atualizacao-imediata.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

MBA para recém-formado ajuda jovem a entrar no mundo executivo

Cursos dão noções de gestão e oferecem coaching profissional para quem está no início da carreira

São Paulo

Os cursos de MBA costumam ser indicados para profissionais que já têm experiência no mercado, mas agora algumas instituições estão oferecendo programas para recém-formados que querem compreender o funcionamento de uma empresa e buscam uma base em gestão.

Na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-Eaes), o master in business and management (MBM) é voltado para quem terminou a graduação há, no máximo, três anos.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/sobretudo/carreiras/2019/10/mba-para-recem-formado-ajuda-jovem-a-entrar-no-mundo-executivo.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Aula de big data atrai gente de todas as áreas

Instituições não exigem conhecimento prévio e oferecem análise de problemas empresariais

SÃO PAULO Profissionais de diferentes áreas investem em MBAs relacionados à tecnologia para ampliar sua área de conhecimento e se destacar no mercado de trabalho.

O universo dos cursos mais buscados hoje inclui coleta e análise de dados, programação de softwares que leem algoritmos para a tomada de decisões estratégicas e inovação tecnológica para a criação de novos modelos de negócio.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=48929&_mather=e8b9c2fe029587b9&anchor=6132253&pd=9f4aa3a4c3059d35ee24478366887466

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Modelo de formação está em crise nos EUA; no Brasil, procura aumenta

Lá e aqui, currículos mudam para acompanhar nova velocidade do mercado

SÃO PAULO Empresas mais velozes e tecnológicas põem em xeque o MBA como principal alavanca profissional.

Ao menos nos Estados Unidos. Lá, os cursos de negócios mais bem classificados, como os de Harvard e Stanford, começaram a registrar declínio no número de candidatas.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=48929&_mather=e8b9c2fe029587b9&anchor=6132255&pd=67e7888f961052ed5f34e067685e870d

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Microcursos oferecem atualização imediata

Programas de curta duração atendem interesse em habilidades específicas e de rápida aplicação

SÃO PAULO Para acompanhar um mundo mutante e atender a busca do mercado por atualização, instituições oferecem os "nanodegrees": microcertificações obtidas a partir de cursos livres de curta duração.

Focados no desenvolvimento de habilidades específicas, esses cursos trazem conteúdos pontuais que resolvem uma carência do profissional.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=48929&_mather=e8b9c2fe029587b9&anchor=6132257&pd=adafae033fe613de684fbd55aacc2390

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Escolas de negócios ajustam foco para administra ao de redes sociais

Marketing conectado e consumidor empoderado exigem líder à altura do desafio

SÃO PAULO Reunidos em redes sociais, consumidores de produtos e serviços passaram a constituir verdadeiras comunidades digitais. Para ter unia interlocução saudável —e rentável— com suas comunidades, as empresas procuram hoje profissionais capazes de gerir suas redes.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=48929&_mather=e8b9c2fe029587b9&anchor=6132259&pd=34f37a5549b15afdb9e068b2e5deef26

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO

Meu amigo chileno

O fato é que não sabemos precisamente o que se passa, e não é a primeira vez

A desigualdade pode estar na raiz da crise chilena? É possível. O Chile apresenta uma concentração de renda acentuada, ainda que um índice de Gini relativamente baixo na região. É preciso combinar isso com outros aspectos. Estamos cansados de ler sobre os bons indicadores chilenos. Melhor IDH da região, melhor educação básica, economia crescendo. Eles são verdadeiros e nos ajudam a desenhar um cenário, mas no fundo não explicam muito.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/fernando-schuler/2019/10/meu-amigo-chileno.shtml>

topo ↕

A CRÍTICA - AM - CIDADES

Avaliação in loco criteriosa

Durante a avaliação in loco da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), os professores Keizo Yukimitu, Maria Izabel Vieira de Almeida e Emílio Enrique Dellasoppa seguiram o roteiro de atividades previamente estabelecido na agenda do

Ministério da Educação (MEC).

O grupo chegou à capital amazonense no dia 13 de outubro (domingo) e logo no dia seguinte participaram de reuniões com os dirigentes da instituição e membros da Procuradoria Institucional (PI), com a Comissão Própria de Avaliação (CPA), e com os representantes dos corpos técnico- administrativo, docente e discente da Ufam.

No mesmo dia, se instalou a comissão responsável por verificar a documentação exigida pelo órgão para que o MEC procedesse com o recredenciamento. O grupo foi formado por representantes de diversos setores da Ufam. Nos dias 15 e 16 de outubro, a comissão do MEC realizou atividades internas, especialmente, a elaboração do relatório e a reunião final com os dirigentes da Instituição de Ensino Superior (IES). E após reuniões, análise documental e verificação de salas e laboratórios da Universidade Federal do Amazonas, os professores- avaliadores atribuíram a nota conceito quatro.

topo ↕

J. DO COMMERCIO - PE - CIDADES

R\$ 2,4 milhões para pesquisas

Cientistas terão R\$ 2,4 milhões do governo estadual para realizar pesquisas que identifiquem os efeitos do óleo encontrado no litoral do Estado e a origem dele. Os recursos serão liberados por meio de um edital que vai ser lançado amanhã pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (Facepe). Doze projetos serão escolhidos, cada um com possibilidade de financiamento de até R\$ 200 mil.

Os resultados deverão ser apresentados em até um ano pelos pesquisadores. “Universidades, institutos, empresas, laboratórios e centros de pesquisas podem se candidatar. Do Brasil ou de fora do País. Não sabemos ainda as características desse óleo, o grau de toxicidade, que prejuízos pode causar nas pessoas, na água, na fauna e na flora.

O edital é justamente para que cientistas nos ajudem, com suas pesquisas, a encontrar essas respostas”, afirmou o secretário estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, Aluísio Lessa. O anúncio do edital foi feito pelo secretário após reunião, ontem de manhã, do governador Paulo Câmara com pesquisadores das Universidades Federal (UFPE) e Rural (UFRPE) de Pernambuco, Estadual de Pernambuco (UPE), Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) e Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). Participaram também membros da Academia Brasileira de Ciências e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), além de representantes de Suape, CPRH, Itep e OAB.

O presidente da Facepe, Fernando Jucá, informou que o edital terá seis áreas temáticas. “O investimento será na pesquisa aplicada. Vamos abarcar toda a cadeia de contaminação, desde a contenção dos contaminantes, passando pelo mapeamento que envolve a questão das correntes para onde está se deslocando esse óleo”, explicou Jucá. “Existe a preocupação com a qualidade dos alimentos, como o peixe. Há ainda a preocupação de incentivar pesquisa sobre a saúde humana, para que a gente não tenha nenhum impacto, além dos que estamos observando visivelmente nas praias”, complementou.

PREFEITOS

À tarde foi a vez de o governador reunir prefeitos de 14 municípios, entre Grande Recife e Litoral Sul, na tentativa de nivelar informações e práticas relativas ao combate às manchas de óleo. O encontro, no Palácio do Campo das Princesas, durou pouco mais de três horas. O governo se comprometeu a comprar boias de contenção, mesmo com a escassez do produto no mercado. “Também discutimos a proteção dos estuários - existe a ideia de colocar uma grande barreira que vá da Praia de Marinha Farinha até o Forte Orange (Itamaracá)”, disse o prefeito de Paulista, Júnior Matuto, numa referência a trechos como o Rio Timbó, Canal de Santa Cruz e Coroa do Avião.

O governador Paulo Câmara afirmou que não há mudanças no esquema de monitoramento das manchas. “É sobrevoado pela manhã e embarcações tentando identificar o óleo antes dele chegar às praias. É importante tomar precauções necessárias (com relação ao manuseio do óleo): a compra dos EPIs continua, hoje (ontem) recebemos kits enviados pelo governo federal. É um cuidado que temos que redobrar. É importante agir, mas, também, garantir a saúde das pessoas.”

topo ↕

AGROSOFT - TEMPO REAL

EMBRAPA DEFENDE INVESTIMENTO EM PESQUISA PÚBLICA

O presidente em exercício da Embrapa, Cleber Soares, defendeu, hoje (23), na Câmara dos Deputados, mais recursos para a pesquisa pública. Ele participou de audiência pública promovida pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que tratou do tema “Impacto da Ciência e da Tecnologia na Economia do País”.

Também estiveram presentes representantes do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação, do Ministério da Economia, da Academia Brasileira de Ciência (ABC), do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais e da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Os participantes reconheceram que ciência, tecnologia e inovação são fundamentais para o país avançar. O senador Izalci Lucas (PSDB/DF) presidiu a audiência. Segundo ele é preciso compatibilizar o discurso com o recurso, porque educação, ciência e tecnologia não se faz com discurso, mas com recursos garantidos no orçamento para 2020.

“A Embrapa é uma empresa de prestígio internacional, mas se você observa o seu orçamento, verifica que não é suficiente. Por isso estamos hoje nesta reunião. Temos de ser criativos para conseguir descontingenciar os recursos da ciência e da educação”, afirmou o senador.

Cleber, que é o diretor-executivo de Inovação e Tecnologia da Empresa, destacou a importância do orçamento para a pesquisa pública, pois é o que garantirá a continuidade de ações onde a iniciativa privada não atua. Para ele, o investimento em ciência, tecnologia e inovação é tão vital que é impossível o cidadão brasileiro não consumir, por dia, pelo menos um produto gerado pela tecnologia das ciências agrárias. “Ao acordar, ao tomar um copo de leite, uma xícara de café, ao comer um pão, há tecnologia das ciências agrárias. Até mesmo na cerveja, por meio da pesquisa com a cevada”, destacou o presidente em exercício da Embrapa.

Ele demonstrou preocupação com o decréscimo dos valores da Embrapa em 50% para o

PPA (Plano Plurianual – 2021-2023). “Há uma previsão de decréscimo em 50% no nosso marco referencial monetário para despesas de custeio. Precisamos repor este orçamento”, destacou. Ele também falou sobre a importância de se recompor os valores das despesas da Embrapa com ações orçamentárias da PLOA 2020 para Pesquisa e Desenvolvimento, Transferência de Tecnologias e Modernização da Infraestrutura. “Precisamos de um acréscimo de R\$ 226 milhões, senão vamos passar por situações muito difíceis”, declarou.

Contribuições da ciência para o agronegócio

Como exemplo clássico da contribuição da ciência para o agronegócio, Cleber Soares destacou a região central do Brasil, considerada terra inviável para a produção. “A tecnologia viabilizou a agricultura no Cerrado e graças a isso temos hoje uma agricultura competitiva no mundo”, destacou.

O presidente em exercício citou também a participação da pesquisa pública na transformação do semiárido brasileiro. Hoje o Vale do São Francisco é um grande exportador de frutas e gerador de produtos com alto valor agregado como vinhos e sucos também destinados à exportação.

“O Brasil é referência mundial em sistemas integrados de produção, sendo capaz de produzir de forma integrada pastos, grãos, carne, leite e floresta. “Recuperamos hoje mais de 15 milhões de hectares com áreas de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta – o ILPF” exemplificou. Cleber lembrou que com o apoio da ciência o Brasil saiu de um modelo de monocultura agrícola, praticado em meados dos anos de 1990, para os atuais modelos de sistemas integrados, que garantem produtividade com sustentabilidade. “E já estamos entrando na era da agricultura de base biológica”, complementou.

Lançamento do genoma de ferrugem da soja

Entre os destaques recentes apresentados pelo diretor está o genoma da ferrugem da soja, no qual a Embrapa participa de um consórcio internacional de 12 instituições do setor público-privado que decifrou o genoma do fungo causador da ferrugem asiática da soja, uma doença que leva a perdas de 90% da lavoura se não for controlada.

Também citou o uso da nanotecnologia para a cobertura e a conservação dos alimentos, o aumento do tempo de vida de prateleira do coco, com tecnologias que garante sua resistência durante 2 meses, o que permitiu o aumento das exportações da fruta. “Importávamos até 2017, 80% do grão de bico consumido no país, hoje reduzimos consideravelmente este índice de dependência do exterior, ampliando nossas áreas de produção e gerando mais renda para o produtor rural”, exemplificou.

O presidente em exercício ressaltou também a importância das parcerias público-privadas, lembrando a relação da Embrapa com a Organização das Cooperativas do Brasil – a OCB que permite um relacionamento da Empresa com um amplo leque de cooperativas agropecuárias.

Por fim, o gestor reconheceu o empenho e dedicação do Congresso ao longo dos anos em valorizar o investimento em pesquisa pública e pediu apoio do Congresso para reposição no orçamento de 2020. “Transformações da tecnologia são cada vez mais responsáveis pelas transformações da sociedade. Elas geram riqueza, renda, qualidade

de vida para todos nós. O Brasil precisa continuar investindo em ciência”, disse.

Participaram da audiência pública o secretário de Empreendedorismo e Inovação, Jorge Mário Campagnolo, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC); o diretor do Departamento de Programas da Área Econômica e de Infraestrutura, do Ministério da Economia, Zarak de Oliveira Ferreira, o representante da Academia Brasileira de Ciência, Virgílio Augusto Fernandes Almeida; a diretora de inovação da CNI, Gianna Bagazio, e Antônio José Roque da Silva, diretor-Geral do Centro Nacional do Centro de Pesquisa em Energia e Materiais.

Para Jorge Mário Campagnolo, do MCTIC, inovação é um caminho sem volta e é fundamental para a competitividade do país. Ele lembrou que atualmente 70% dos recursos do Fundo Nacional de Ciência e Pesquisa encontram-se contingenciados. “O projeto de pesquisa não pode parar, é preciso sequencia, equipes formadas e qualificadas”, afirmou.

Por sua vez, o representante da ABC, Virgílio Augusto Fernandes Almeida, enfatizou que todas as economias desenvolvidas do mundo avançaram com investimentos permanentes e significativos em ciência e tecnologia. “Esses investimentos, além de gerarem desenvolvimento econômico, geram novos postos de trabalho bem remunerados. Por isso, é essencial que tenhamos aqui empresas avançadas com base tecnológica. A rapidez do desenvolvimento tecnológico tem sido cada vez maior, com a automação, a agricultura 4.0, entre outros”, afirmou. Ele defendeu o CNPq e **Capes** como agências fundamentais para o desenvolvimento da ciência brasileira e o seu futuro. “A ciência pode e deve colaborar com os grandes desafios do país”, destacou.

Vários deputados e senadores também estiveram presentes ao debate, entre eles o presidente da Comissão de Orçamento, senador Marcelo Castro (MDB/PI), os deputados federais Domingos Neto (PSD/CE), relator geral do orçamento; Cacá Leão (PP/BA), relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO/2020); Alessandro Molon (PSB/RJ); André Figueiredo (PDT/CE); Darcísio Perondi (MDB/RS) e o senador Vanderlan Cardoso (PP/GO).

“A defesa da C&T para o futuro do Brasil une todo o Congresso Nacional. Criaremos um cinturão em torno do orçamento de C&T nesse país. A Ciência é motivo de união do Brasil”, disse o deputado Alessandro Molon, durante sua participação na audiência.

Esta não foi a primeira audiência pública para discutir o orçamento de empresas públicas de pesquisa. No dia 26/09, a Embrapa participou da audiência pública intitulada “Agricultura movida a ciência e as contribuições da pesquisa agropecuária para o desenvolvimento da agricultura e para o crescimento econômico brasileiro”, de iniciativa da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados.

Acessa aqui a matéria sobre a participação do presidente da Embrapa em audiência pública que discutiu os recursos orçamentários da Empresa.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

UFPA atende mais de 14 mil docentes em plano de formação de professores que completa 10 anos

Um evento nesta quinta vai celebrar os resultados do programa e e contará ainda com o lançamento de livros e do relatório de 10 anos do Parfor UFPA.

A Universidade Federal do Pará (UFPA) completa 10 anos executando o Plano Nacional de Formação de Professores (Parfor), nesta quinta-feira (24). Foram atendidos mais de 14 mil professores em todas as regiões do Pará.

De acordo com universidade, mais de 14 mil professores da Educação Básica já ingressaram nas 421 turmas de 21 cursos de licenciatura promovidos pelo Parfor. O programa já atendeu em 66 municípios paraenses. Mais de 8 mil professores já receberam o título e quase 3 mil continuam vinculados às turmas ativas em 30 pólos.

Para o coordenador geral do programa na UFPA, professor Márcio Nascimento, o êxito do programa se justifica não apenas pelos números atingidos. “A maior vitória do programa foi quebrar esse paradigma de que o curso teria sua qualidade comprometida quando, na verdade, os cursos do Parfor atingiram um patamar de qualidade reconhecido pela **CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**”, comemora Márcio.

Um evento nesta quinta vai celebrar os resultados do programa e e contará ainda com o lançamento de livros e do relatório de 10 anos do Parfor UFPA, a partir das 17h no Centro de Eventos Benedito Nunes (CEBN), localizado no campus da UFPA no bairro do Guamá, em Belém.

Novas perspectivas

O Parfor foi criado por decreto em janeiro de 2009, com o objetivo de capacitar professores da Educação Básica sem formação adequada. Em maio do mesmo ano, a UFPA assinou o Termo de Adesão ao programa.

Mesmo com a interrupção de quase dois anos que o programa sofreu em meados de 2015, o coordenador geral comemora o anúncio do Ministério da Educação de que novos editais do programa serão lançados em 2020 e acredita na possibilidade de abertura de novas turmas para o Estado.

“Vamos precisar negociar e ver a demanda. Nesse momento ruim pelo qual a Educação está passando, pelo menos nessa questão, do Parfor e da Educação Básica, parece que há uma luz no fim do túnel”, afirma Nascimento.

topo 

RD NEWS - NOTÍCIAS

UFMT retoma o pagamento das bolsas

AUFMT anunciou a retomada do pagamento de bolsas para programas de extensão e tutoria destinados a alunos da graduação, após conseguir acesso aos 15% restantes dos recursos congelados. Em nota, a reitoria disse que decidiu revogar a suspensão do pagamento das bolsas previsto para outubro, novembro e dezembro de 2019. A liberação do dinheiro para a universidade foi efetivada nesta segunda (21).

Segundo a assessoria de imprensa, o MEC liberou 100% do limite para custeio de pagamento de luz, água, telefone e outras contas. Foram cerca de R\$ 18,4 milhões para os campi de Cuiabá, Sinop, Araguaia e Várzea Grande, além de R\$ 2,7 milhões da Universidade Federal de Rondonópolis. As duas instituições ainda precisam receber R\$ 5,6 milhões para capital de investimento.

O anúncio da liberação dos recursos foi feito pelo Ministério da Educação (MEC), na sexta (18), quando descongelou cerca de R\$ 1,1 bilhão, sendo R\$ 771 milhões para universidades e R\$ 336 milhões para institutos federais de todo o país. O ministro Abraham Weintraub ressaltou, em coletiva, que áreas sensíveis foram preservadas nesses seis meses de bloqueio de parte dos recursos. “[Não houve] nenhum centavo de contingenciamento para auxílio-estudantil, refeitórios e hospitais”, explicou.

No final de setembro, o MEC já tinha anunciado o descontingenciamento de quase R\$ 1,156 bilhão, além da retomada de pagamentos de bolsas **Capes**, destinado a alunos de graduação e pós. Weintraub reforçou que o orçamento para 2020 é o mesmo deste ano. Receitas adicionais poderão ser conseguidas pelo Future-se, programa que permite participação da iniciativa privada nas universidades e que está sendo alvo de críticas pela categoria da educação.

Impactos na universidade

O começo das dificuldades financeiras da UFMT, neste ano, começou em abril. Neste mês, o MEC anunciou o congelamento de R\$ 34 milhões. O montante equivale a 30% do orçamento da instituição de 2019.

Reportagem recente do jornal Folha de S. Paulo destaca que, apesar da UFMT ter subido 18 posições no ranking de melhores universidades, a instituição parou de adquirir equipamentos e professores estão comprando insumos para laboratórios com recursos próprios.

Por conta da falta de dinheiro, a UFMT não conseguiu pagar a energia elétrica de julho e os cinco campi da universidade chegaram a ficar sete horas sem luz. O débito era de R\$ 1,5 milhão mais uma parcela de R\$ 300 mil referente a uma dívida de R\$ 5 milhões com a Energisa. Após a repercussão do fato em todo o Brasil, o ministro Abraham acusou a reitora Myrian Serra de “má gestão”.

Em setembro, no início das férias dos estudantes, a UFMT anunciou racionamento de energia, readequação do contrato de terceirizados e até a diminuição de ônibus para aulas de campo. As "medidas emergenciais" foram à forma que Myrian viu para manter o funcionamento da universidade. Segundo a gestora, o aperto de cinto poderia resultar em uma economia de até R\$ 3,5 milhões.

Além disso, nos últimos meses, terceirizados da vigilância e limpeza paralisaram as atividades e fecharam as guaritas por falta de pagamento de salários. As empresas contratadas alegaram que não receberam os valores celebrados em convênio da UFMT.

[topo](#)

SEGS - PORTAL NACIONAL - TEMPO REAL

MEC realiza conferência para discutir estratégias de alfabetização no Brasil

Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências (Conabe) reúne especialistas brasileiros e estrangeiros até sexta-feira, 25 de outubro, em Brasília

Com mais de 200 participantes, teve início nesta terça-feira, 22 de outubro, a Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências (Conabe), organizada pelo Ministério da Educação (MEC). Especialistas de renome nacional e internacional

na área reúnem-se para falar sobre experiências que deram certo em várias partes do mundo. A ideia é que as boas práticas sejam incluídas no processo de alfabetização em escolas e nas famílias brasileiras.

A abertura do evento contou com o ministro da Educação, Abraham Weintraub, o secretário de Alfabetização do MEC, Carlos Nadalim, o presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, **Anderson Correia**, o presidente científico da Conabe, Renan Sargiani, e o deputado federal Gastão Vieira (Pros-MA). A sede da **Capes**, em Brasília, é o local de realização da conferência.

Reino Unido, Estados Unidos e França são alguns dos países que fundamentaram as políticas de alfabetização por meio de evidências científicas, ou seja, utilizaram métodos embasados em pesquisas para garantir um melhor ensino-aprendizagem. O objetivo é trazer isso para o Brasil. “A busca da verdade é científica. É um processo lógico, racional, cartesiano”, pontuou Abraham Weintraub.

Outra fonte de inspiração para o trabalho da atual gestão do MEC é o relatório “Alfabetização infantil: os novos caminhos” que a então Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, em 2003, produziu. O então presidente do colegiado era Gastão Vieira. “Fico emocionado ao ver o trabalho sério que fizemos, enfim, ser reconhecido e utilizado como referência”, disse. Na Conabe, será lançada a terceira edição da obra — a segunda é de 2007.

Em que momento a família ou a escola deve introduzir a tecnologia no processo de leitura e aprendizagem, quais são as práticas de leitura e escrita que a família pode aplicar em casa para complementar o que é abordado em sala de aula, e a importância de ler para um bebê ainda na barriga da mãe são alguns dos exemplos que serão discutidos no encontro.

A Conabe faz parte das ações de implementação da Política Nacional de Alfabetização (PNA), instituída pelo governo federal em abril. O evento segue até sexta-feira, 25. “Neste encontro será formulado o Relatório Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências (Renabe), que subsidiará futuros programas de alfabetização do país”, explicou Carlos Nadalim.

Com o tema “A Política Nacional de Alfabetização e o Estado da Arte das Pesquisas sobre Alfabetização, Literacia e Numeracia”, a conferência terá diferentes espaços de palestras com debates e trocas de experiências.

A programação será dividida em 10 eixos temáticos:

ciências cognitivas e pesquisas translacionais em alfabetização;

aprendizagem e desenvolvimento da leitura e da escrita;

bases neurobiológicas da aprendizagem da leitura e da escrita;

autorregulação comportamental, cognitiva, emocional e motivacional no processo de alfabetização;

dificuldades e distúrbios da leitura e da escrita e desafios na alfabetização em diferentes contextos;

planejamento e orientações curriculares para o ensino de literacia e numeracia;

abordagens e práticas de ensino da leitura e da escrita;

numeracia e ensino de matemática básica;

formação e desenvolvimento profissional de professores;

avaliação e monitoramento da aprendizagem de leitura, escrita e matemática básica.

Segundo o presidente da **Capes**, que participou da equipe de transição do governo, em 2018, a alfabetização tem sido tratada como prioridade desde o início. “Isso ficou evidenciado pela criação da Secretaria de Alfabetização”, sintetizou **Anderson Correia**.

Produto final – Paralelo às palestras, doze especialistas vão trabalhar em um painel de discussões com dinâmicas voltadas à coleta e análise de dados científicos, práticas pedagógicas, materiais didáticos e orientações curriculares, produzindo recomendações com base em pesquisas científicas.

O presidente científico da Conabe, Renan Sargiani, é neurocientista. Para ele, a Conabe trata de estimular “um trabalho com base em evidências científicas, afastado de crenças e ideologias”.

O MEC vai reunir tudo o que foi discutido e proposto no painel de especialistas durante os quatro dias de trabalho no Renabe.

topo 

PORTAL CARTA CAPITAL - TEMPO REAL

Educação sexual para crianças: qual é a melhor forma de tratar o tema?

Educação sexual para crianças: qual é a melhor forma de tratar o tema?

Ao contrário do senso comum, educação sexual vai além de falar sobre sexo: previne abusos sexuais, doenças e até mesmo gravidez

Mari Rosa, de 34 anos, é mãe de Alice, de nove. Ambas moram juntas na cidade de Ribeirão Preto, interior de São Paulo. Mari é mãe solo e decidiu que a melhor maneira de educar sua filha seria falando abertamente com ela sobre sexualidade.

Assim que Alice veio ao mundo, Mari começou a pesquisar maneiras de como falar sobre o assunto com sua filha para poder protegê-la de um trauma que a fotografa passou ainda na infância: ser abusada sexualmente. Aos oito anos, ainda em Jaboticabal, cidade onde nasceu no interior de São Paulo, Mari foi abusada por um tio próximo da família e sofreu muito com isso, chegando a se culpar pelo ato criminoso.

“Eu vim de uma família católica tradicional, cresci com pais amorosos e preocupados. Sempre foram presentes e extremamente cuidadosos, mas não se falava de sexo em casa, e uma criança de oito anos não sabe exatamente o que está acontecendo, muito

menos como se proteger sem informação. A verdade é que éramos todos punidos moralmente e eu me sentia culpada, por isso não contei para meus pais o que aconteceu”, disse a fotógrafa.

Agora, a ideia da moradora do interior de São Paulo é fazer com que sua filha se empodere e tenha consciência do seu corpo para não passar pela mesma situação. Mari explica que, na sua visão, educação sexual é falar sobre amor e limites e não só sobre sexo. “Pra mim foi muito importante quebrar a vergonha em falar sobre o assunto para conseguir me empoderar. Quero ensinar minha filha que o verdadeiro valor de uma mulher está em ela ser dona de si”, explicou.

Mari e sua filha, Alice.

Nesse processo, a fotógrafa contou com ajuda de vídeos e livros que tratam do assunto com uma linguagem mais acessível para crianças. Assim ela consegue falar sobre o tema com Alice de uma forma mais natural e esclarecedora. Uma das obras utilizada por Mari foi “Pipo e Fifi”, um livro que busca ajudar pais, professores e amigos a abordarem o problema da violência sexual contra crianças utilizando uma narrativa ilustrada.

O livro foi escrito pela pedagoga e especialista em educação sexual, Caroline Arcari. Após um trabalho de seis anos, a moradora da cidade de Rio Verde, interior de Goiás, escreveu a obra com a intenção de trazer crianças e adolescentes para o debate sobre seus corpos, transformando-os em sujeitos da sua própria aprendizagem.

“O senso comum acredita que educação sexual se resume a falar sobre camisinha e sexo. É muito mais abrangente que isso. A criança precisa entender seu corpo para se apropriar dele, desenvolver o autoconhecimento, aprimorar a autoestima e se prevenir de possíveis abusos”, conta a escritora.

Ilustração do livro “Pipo e Fifi”, de Caroline Arcari.

A educação sexual como prevenção ao abuso

Quando especialistas defendem que a educação sexual previne abusos, estão se referindo à importância da criança entender quais são os limites de qualquer pessoa sobre seu corpo e, com isso, aprender a dizer não. Caroline explica que, como o abusador costuma ser conhecido, ele se aproxima da criança de uma forma sutil e exerce toques que parecem atenção e afeto.

“É importante saber que a prevenção da violência sexual começa desde cedo. Dentro de casa, com uma criança de um ano e meio, por exemplo, já é possível começar o trabalho. Durante o banho os pais devem falar para a criança o nome das partes do corpo. Deixar claro quem está autorizada a dar banho nela. Que só os pais e a professora podem tocá-la. Que um médico só pode examiná-la se tiver um adulto próximo. Durante a troca de fraldas e de roupas também ir adicionando mais informações e isso já é um início da educação sexual”, explica Caroline.

Apesar da resistência de alguns pais em tratar do assunto com seus filhos, e até mesmo do tema ser abordado dentro das escolas, Caroline conta que a aceitação ao seu livro foi muito alta, inclusive entre pessoas conservadoras.

Alguns, no entanto, ainda se posicionam contra esse tipo de educação, caso do presidente Jair Bolsonaro. Em 2018, o então candidato à Presidência da República chegou a dizer que educação sexual deveria ser feita apenas pelo “papai e mamãe” e defendeu que este tema não deveria ser debatido nas escolas.

Em março deste ano, durante uma transmissão ao vivo em seu Facebook, Bolsonaro chegou a sugerir que os pais rasgassem as páginas sobre educação sexual de Caderneta de Saúde da Adolescente. Livros como o escrito por Caroline, por exemplo, o presidente já deixou claro que não serão adotados pelo MEC.

Jair Bolsonaro, ainda em campanha, levou um livro de educação sexual para crianças em sua entrevista ao Jornal Nacional, a fim de criticar a publicação e o tema

O que talvez Bolsonaro não saiba é que, segundo dados do próprio Governo Federal, 70% dos casos de abuso sexual registrados são cometidos por algum integrante da família. Se a educação sexual for ensinada apenas pelos pais, são grandes as chances do abuso ser naturalizado pela criança. “É tarefa, sim, da escola desenvolver educação sexual. Só assim protegeremos as crianças”, defende Caroline.

Educação sexual nas escolas

A defesa de que a educação sexual deve ser responsabilidade também das escolas é feita por muitos especialistas da área, incluindo a psicanalista e doutora em Psicologia e Educação pela Faculdade de Educação da USP, Ilana Katz.

“Dizer que não se fala sobre sexualidade nas escolas é o mesmo que dizer que não se ensina cuidado e proteção do corpo para crianças. Educação sexual não é ensinar sexo. É falar sobre o corpo, e a partir de determinada idade falar também sobre sexo. É importante também entender que falar sobre sexo é muito diferente de ensinar a fazer sexo”, esclarece Ilana.

Ilana ainda lembra que, com a internet, a criança e o adolescente podem ter acesso a toda essa informação, mas sem filtro, sem alguém para ajudá-los a pensar, principalmente sobre abusos, gravidez precoce e doenças sexualmente transmissíveis.

“As crianças têm relação com seu corpo desde muito cedo. Isso faz parte da construção humana. Uma criança que está informada sobre a noção de privacidade e de cuidado tem mais recursos para limitar o acesso de outro ao corpo dela”, explica.

E como fazer isso da melhor maneira? A psicóloga esclarece que escutar as crianças e responder as suas perguntas de forma clara é a melhor maneira de iniciar esse trabalho. “O que os pais precisam dizer para o filho não é a informação sobre o funcionamento anatômico na precisão da ciência médica, muitas vezes nem é essa a pergunta, mas também não precisam criar fantasias, os pais podem falar com seus filhos usando seus termos e o seu conhecimento”, conta.

Dessa forma, criar histórias fantasiosas, como a da cegonha que traz bebês, não é a postura ideal. “Isso pode acabar confundindo a criança na construção da sua sexualidade. A responsabilidade da família é falar pros filhos sobre o corpo e seu funcionamento a partir do que vivem e do que acreditam. Se os pais têm dificuldades, eles também podem pedir ajuda. Educação sexual inclui as famílias”, enfatiza a

psicóloga.

Como falar sobre sexualidade com meu filho?

De acordo com as especialistas ouvidas pela reportagem, ter uma conversa clara, sem termos técnicos nem teorias fantasiosas, é a melhor maneira de se falar sobre sexualidade com as crianças e os adolescentes.

Para a psicóloga e sexóloga Carina Tomaz, do Rio de Janeiro, existe uma maneira diferente de abordar o assunto em cada faixa etária. “Com uma criança você não fala sobre o ato sexual, mas vai introduzindo o assunto, falando sobre cuidado com o corpo, higiene, como respeitar o corpo do amiguinho, limites e consentimento”, explica.

Carina também lembra outra boa maneira de iniciar esse tema com crianças: brinquedos. “Os pais, sem perceberem, já educam sexualmente seus filhos. Ao falarem que bonecas namoram bonecos estão inserindo conceitos normativos de relacionamento, bem como quando explicam as diferenças corporais entre meninos e meninas, estão abordando questões de gênero”.

Aos adolescentes resulta em uma prática sexual mais responsável com menos danos como a gravidez precoce, ISTs, HIV/AIDS e o estupro. “Os pais precisam conquistar a confiança de seus filhos”, ressalta Carina.

A sexóloga defende que, além da família e da escola, o Estado também deve garantir que a educação sexual seja realizada com crianças e adolescentes. Para ela, políticas públicas devem ser criadas para tratar sobre o tema. “Informar, facilitar o acesso a prevenção, fiscalizar e proteger é um dos papéis do Estado”, enfatiza.
E quando a criança se toca?

Por fim, mas não menos importante, é necessário destacar que crianças tocam o próprio corpo. Os especialistas esclarecem que se tocar é diferente de se masturbar, já que não há imaginário sexual.

“A criança reage ao estímulo, que é corporal. Ela não pensa em algo. Esse prazer é uma resposta orgânica, a criança não busca uma referência externa como estímulo ou uma lembrança, assim como no caso dos adultos. É natural que ela tenham esse contato, que é o primeiro contato com seu próprio corpo”, explica Carina.

Dessa forma, a especialista orienta que os pais nunca reajam com repressão, explicando à criança que esse ato é normal, mas que não pode ser realizado em público.

“Brigar, bater ou colocar de castigo, por exemplo, podem favorecer a manifestação de disfunção sexual na vida adulta. Precisamos educar, crianças precisam de respostas. Crianças compreendem facilmente, temos que explicar o porquê de tudo. Quando explicamos, estamos educamos e dando informação”, conclui.
Educação sexual não antecipa a sexualidade

Ao contrário do que pensa o senso comum (e o Presidente da República) sobre educação sexual, informar sobre sexualidade não antecipa a vida sexual, muito pelo contrário.

Segundo uma pesquisa realizada em 1999 e repetida em 2015 pela Organização

Mundial da Saúde (OMS), pessoas que tinham passado por algum programa de educação sexual iniciaram sua vida sexual mais tarde do que aquelas que não tiveram informação.

Além disso, pessoas sexualmente informadas iniciaram sua vida ativa com maior responsabilidade, utilizando preservativos e anticoncepcionais para prevenir doenças e gravidez precoce. É a prova concreta de que educar é sempre o melhor caminho.

[topo](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Congresso aprova crédito extra para ministérios e estatais

O Congresso Nacional aprovou nesta quarta-feira (23) projetos de concessão de crédito orçamentário para diversas finalidades. A aprovação dos 13 projetos foi feita em bloco por meio de acordo entre os partidos. Os projetos seguem agora para sanção presidencial.

Os recursos aprovados somam R\$ 2,34 bilhões. Dos valores liberados, R\$ 1,37 bilhão atenderão aos ministérios da Educação; da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; da Cidadania; e da Mulher e Direitos Humanos, por meio do PLN 41/19. O crédito é oriundo de valores depositados pela Petrobras em razão de acordo da empresa com autoridades dos Estados Unidos para o fim de processos relativos à Operação Lava Jato.

Na educação, os recursos financiarão ações de educação infantil. No Ministério da Cidadania, financiarão o Programa Criança Feliz e, na área de ciência, a construção da fonte de luz síncrotron de quarta geração (Projeto Sirius) e bolsas de pesquisa concedidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

No Ministério da Mulher, da Família e de Direitos Humanos, serão contempladas ações socioeducativas em cooperação com os estados.

Crédito rural

Também nesta quarta-feira, o plenário do Congresso Nacional aprovou projeto que destina R\$ 1,84 bilhão em crédito para o pagamento de subsídio para juros mais baixos em operações de crédito rural para empreendimentos localizados na área da Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) ou da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

Os recursos vêm principalmente do cancelamento de dotações do seguro-desemprego (R\$ 1,4 bilhão). O projeto seguirá para sanção presidencial.

*Com informações da Agência Câmara

[topo](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Escolas cívico-militares têm base em argumento enganoso, diz especialista

Apresentados pelo governo Jair Bolsonaro (PSL) como base para a implantação de escolas cívico-militares no país, os argumentos de que esse modelo trará mais segurança para as unidades de ensino e mais qualidade para a educação básica no Brasil são classificados como enganosos por Priscila Cruz, presidente-executiva do Todos Pela Educação.

"Do ponto de vista técnico, o modelo não se sustenta", diz a especialista. Segundo ela, não há indicadores que apontem para a eficiência das escolas cívico-militares. "A população que faz essa demanda por escolas cívico-militares acreditou em um argumento enganoso de que elas são melhores", afirma.

Na prática, as escolas cívico-militares têm desempenho similar ao de institutos federais com o mesmo perfil de alunos, como mostrou uma reportagem publicada pela Folha de S. Paulo a partir de dados das médias do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) 2017 por escola.

Para Cruz, a proposta não tem "nenhuma outra explicação que não seja atender a um interesse de posicionamento político-ideológico do grupo que está hoje no governo".

Promessa de campanha de Bolsonaro, o modelo de escolas cívico-militares é o único projeto apresentado pelo MEC (Ministério da Educação) para a educação básica até o momento.

Em julho, ao anunciar o programa, o MEC previu que 108 escolas militares aderissem até 2023. O número dobrou no lançamento do programa, no início de setembro, passando para 216 unidades. No Brasil, há 140 mil escolas. Só em 2020, serão gastos R\$ 54 milhões para implementação do projeto —cada escola receberá R\$ 1 milhão para melhorias e adequações em infraestrutura.

O programa é de adesão voluntária. Segundo o MEC, 15 estados e o Distrito Federal aderiram ao programa —São Paulo, Rio de Janeiro e oito estados do Nordeste rejeitaram a proposta na primeira etapa do programa. Sob gestão de João Doria (PSDB), o estado de São Paulo manifestou interesse após o prazo estabelecido pelo MEC.

Na segunda etapa, destinada aos municípios, 643 prefeituras manifestaram interesse.

Para aderir ao programa, as escolas devem obedecer a critérios como situação de vulnerabilidade social e baixo desempenho no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), atender de 500 a 1.000 alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e/ou médio e aplicar uma consulta pública à comunidade sobre o modelo.

Escola militar x escola cívico-militar

Cruz avalia que há uma confusão entre sociedade e governo sobre o que é escola cívico-militar e o que é escola militar.

"As escolas cívico-militares são uma espécie de remendo. Elas são um modelo incompleto das escolas militares, mas são vendidas com o argumento dessas escolas", afirma.

No Brasil, há escolas militares das Forças Armadas, que têm autonomia para montar o currículo próprio e costumam reservar vagas para familiares de militares, além de fazerem os chamados "vestibulinhos". Hoje, o país tem 13 colégios desse tipo.

Há, também, unidades em parceria com o Corpo de Bombeiros ou com a Polícia Militar, cujo modelo varia conforme o estado, mas o currículo é de responsabilidade das

Secretarias de Educação.

Nas escolas cívico-militares, a gestão é compartilhada entre civis e militares. O decreto que institui o programa, publicado em fevereiro deste ano, prevê que militares da reserva atuarão tanto na área administrativa como nas áreas pedagógica e educacional, onde serão responsáveis por fortalecer "valores humanos, éticos e morais", além de "promover a sensação de pertencimento no ambiente escolar".

É das escolas militares que se destaca o Ideb de média 7 para alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, enquanto a média nacional das escolas públicas fica em 4,9 para a mesma etapa de ensino.

Para Cruz, o fato de as escolas geridas pelo Exército atenderem em grande parte familiares de militares, com um nível socioeconômico mais alto, é um dos fatores que explica o desempenho desses colégios.

"Essas escolas militares atendem a uma população diferente, de renda muito maior do que a renda da população que frequenta escola pública no Brasil. Então, o nível socioeconômico dessas famílias já é maior", afirma a especialista.

Desigualdade e evasão escolar

Cruz também demonstra preocupação com um possível aumento na desigualdade entre as escolas devido ao maior investimento do governo nas unidades que fizerem parte do programa. Ela diz, ainda, que o modelo pode expulsar alunos que não se encaixem nele.

"De certa maneira, são escolas que acabam lidando só com um perfil de alunos que se encaixam na proposta de escola cívico-militar", afirma. "Então, quem não se adapta simplesmente vai embora para outra escola ou não vai nem para escola nenhuma, o que aumenta a evasão escolar", completa.

É muito ruim ter um governo federal perdendo tempo e recursos públicos --eles que têm dito tanto que têm responsabilidade em relação aos recursos do contribuinte, do pagador de imposto. Esse é um uso equivocados, que não olha para resultado, mas sim para uma plataforma muito mais ideológica e política, já olhando para as eleições municipais e as eleições de 2022. Não tem nada técnico nessa proposta

Priscila Cruz, presidente-executiva do Todos Pela Educação

O UOL procurou o MEC para saber se a pasta gostaria de comentar as declarações. A reportagem também perguntou se o ministério possui indicadores que mostrem um melhor desempenho das escolas cívico-militares e se a pasta tem preocupação com efeitos de desigualdade ou evasão escolar devido a esse modelo.

Foi questionado, ainda, se outras áreas terão menos recursos para que se garanta os investimentos destinados para as escolas cívico-militares e se o MEC tem outros programas para a área da educação básica. O ministério não respondeu nenhuma dessas perguntas até a última atualização deste texto.

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO - GERAL

Audiência pública debate melhorias para a educação em Rondônia

Deputado Lazineiro da Fetagro comandou a audiência, com destaque para o modelo de Sobral e novas ferramentas do Google.

O presidente da Comissão de educação de Rondônia, deputado Lazinho da Fetagro (PT), comandou na tarde desta segunda-feira (21), no auditório da Assembleia Legislativa de Rondônia, audiência pública para debater estratégias de melhorias para o ensino público em Rondônia.

Na audiência, foi apresentada a experiência educacional do município de Sobral/CE, tendo como expositor o secretário de Educação, Herbert Lima. Por outro lado, o diretor do Google For Education Brasil, Alexandre Campos, apresentou modelo tecnológico de apoio a professores e alunos, disponibilizada pela empresa Google.

Participaram do evento os deputados estaduais Adelino Follador (DEM), Alex Redano (Republicanos), Chiquinho da Emater (PSB), Cirone Deiró (Podemos), Aécio da TV (PP) e Cabo Jhony Paixão (Republicanos), o secretário estadual de Educação (Seduc), Suamy Vivecananda, o presidente da Arom, Claudio Santos; o presidente da Undime, Wilson Macedo; o conselheiro do Tribunal de Contas, Paulo Cury, a vereadora de Ji-Paraná, Claudia de Jesus (PT), o superintendente do Sebare, Daniel Pereira; o superintendente da Fiero, Gilberto Batista, a presidente do Sintero, Lionilda Simão, e o secretário municipal de educação de Porto Velho, Márcio Félix.

“Agradecer pela mobilização de todos, para a realização dessa audiência pública. Na Comissão, acompanho de perto os desafios, os problemas, as realizações e as boas ações. Quero que todos entendam que não queremos, de forma alguma, menosprezar o trabalho que nos levou até aqui. A nossa intenção é estimular, trazer novos sonhos e, somados à capacidade que nós temos, irmos muito além, apesar dos obstáculos”, disse Lazinho ao abrir a solenidade.

Ainda de acordo com o proponente, “queremos plantar mais uma boa semente e contribuir para que a nossa educação cresça ainda mais. Vamos somar esforços nesse sentido e essa é a nossa motivação: atuar para que os resultados positivos na educação aconteçam”.

A audiência reuniu prefeitos, secretários municipais, vereadores, professores e diretores de escolas, com o foco no debate de um modelo que possa gerar ações e parcerias para a promoção de uma educação de qualidade.

Ainda segundo Lazinho, “é preciso reconhecer que temos muito a melhorar. E isso é uma tarefa de toda a sociedade. Tenho um sonho, como deputado: que pelo menos um município de Rondônia consiga, em dez anos, chegar à meta do IDEB, já estarei feliz. Precisamos buscar parcerias também e envolver a família”.

Deputados

Adelino Follador disse que a intenção da audiência pública, não é trazer um modelo pronto, ou ensinar a ninguém. “Na visita que fiz a Sobral, o que mais me chamou a atenção foi a motivação dos professores e diretores. Ou seja, se não houver uma mobilização, um querer de todos, a coisa não anda, seja qual for o modelo”, destacou.

Follador disse ainda que “aqui foi lançada uma semente, que com certeza vai dar bons frutos. E o Governo precisa ser parceiro dos municípios, adotando um modelo que possa fortalecer o aprendizado no ensino fundamental”.

Filho de professora, o deputado Cabo Jhony Paixão destacou a importância da audiência para ações futuras em prol da educação. “Essa propositura do deputado Lazinho é muito importante para os municípios. Sabemos que nada surge de um dia para o outro e precisamos debater todas as alternativas de melhorias para os alunos rondonienses”, disse.

Jhony informou que colocou 70% de suas emendas para a educação, por entender a importância do setor. “Temos muitos desafios e é preciso recursos para enfrentá-los. Tenho procurado fazer a minha parte e dando a minha contribuição”.

Alex Redano também conheceu o modelo de Sobral e disse ter ficado encantado. “É um modelo diferente, que precisa ter coragem política e o resultado demora. Mas, é um caminho que trouxe resultados e precisa ser valorizado e pode ser adaptado para a nossa realidade em Rondônia e é essa a nossa intenção: apresentar um modelo exitoso, que possa somar forças por uma educação melhor em Rondônia”, acrescentou.

Chiquinho da Emater observou que “temos bons exemplos e acredito muito nos professores de Rondônia. Falta apoio, faltam ferramentas e é importante novos modelos que possam contribuir com a melhoria da educação. Precisamos avançar, educação é tudo e não podemos baixar a guarda”.

Cirone Deiró disse que, durante a visita que fez a Sobral, identificou como primordial a definição de uma política de Estado. “Independente do prefeito, o modelo segue e as decisões são sequenciadas. Ou seja, não é cada prefeito mudando o modelo, ao seu bel prazer. Sobral gasta 26% do orçamento com educação e faz muito. Ou seja, nem sempre é apenas o recurso que falta, mas falta planejamento, o engajamento da família e outras ações”.

Sobral

Em sua explanação, o Secretário de Educação de Sobral-CE, Herbert Lima, destacou os principais pontos da reforma educacional, iniciada há 20 anos pelo município que hoje é considerado um fenômeno em educação ao receber pela primeira vez as notas mais altas do país – 9,1 (1ª a 5ª série) e 7,2 (6ª a 9ª série) – nas duas etapas do ensino fundamental, segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2017, divulgado no fim de 2018 pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão ligado ao Ministério da Educação (MEC).

Lima destaca que essas notas alcançadas nas avaliações nacionais são frutos de investimentos na gestão, melhoramento do aprendizado, incentivo aos professores, monitoramento de resultados. “Na década de 90 a rede municipal de Sobral era totalmente desestruturada, as escolas não tinham qualquer estrutura físicas para receber os alunos, os professores eram indicados por políticos e não possuíam a habilitação necessária para lecionar”, explica.

O secretário apontou que a política educacional de Sobral é estruturada em três eixos estratégicos: o fortalecimento da gestão escolar – seleção de diretores e professores por critérios meritocráticos, formação continuada, autonomia administrativa, pedagógica e financeira para as escolas; o fortalecimento da ação pedagógica – com a qualificação e organização do trabalho em sala de aula; e a valorização do magistério – com

reconhecimento, gratificação por desempenho e qualificação do docente.

“Todos os diretores e coordenadores das escolas só ingressam em um cargo em comissão por meio de seleção pública, prova, análise de títulos e comportamental com intuito de verificar se aquele candidato tem condições de assumir uma gestão municipal. Vinte anos depois do empenho dos gestores, hoje temos 62 escolas bem estruturadas, com uma gestão escolar técnica”, explicou.

Outro ponto destacado para o resultado positivo do município pelo secretário de Sobral foi a valorização da alfabetização na idade certa através do programa Alfabetização na Idade Certa (Paic), implantado em 1997. “Nosso interesse é garantir que as crianças avancem na série correta de fato dominando a leitura e a escrita. Esse programa foca na alfabetização como sendo a principal prioridade da política pública educacional e, depois, se amplia tratando de outras vertentes voltadas para formação de professores, materiais didáticos”, apontou.

Por fim, Lima afirmou que esse progresso na educação de Sobral é fruto de constantes investimentos, monitoramento de resultados, valorização dos professores com a garantia do piso salarial, foco na aprendizagem dos estudantes, apoiando o trabalho do professor em sala de aula, entre muitos outros pontos adotados pelo município.

Google

O diretor do Google For Education Brasil, Alexandre Campos, fez uma explanação de 20 minutos, mostrando, inicialmente, as mudanças no processo educacional nos últimos 50 anos. “Hoje, as crianças não têm mais paciência para ficar na sala de aula, calado, quietinho. Por outro lado, mudou a forma de acesso à informação, cada dia mais acessíveis. Não temos horários para acessar essa informar, que pode ser feita a qualquer momento. E vamos trabalhar em equipe, mas a escola ainda ensina de modo individual”, explicou.

Segundo ele, “a educação pode fortalecer todo o ecossistema. A Google disponibiliza uma série de ferramentas, aperfeiçoadas para facilitar o acesso. Outra ferramenta é o Chromebooks, um notebook concebido pela empresa, de manuseio muito simples e rápido”.

Ele citou algumas cidades onde o uso de ferramentas do Google, como o Chromebook, já está sendo disseminado e colhendo bons frutos, a exemplo de Barueri (SP), Fortaleza e Sobral, no Ceará, além de cidades no Espírito Santo e Santa Catarina.

“Estamos formando alunos para profissões que nem sabemos quais serão, no futuro. E, ao mesmo tempo, ainda temos medo de proporcionar aos alunos o acesso às ferramentas de tecnologia. O importante é acessar os programas certos e de maneira correta. Tem muita coisa que pode e deve ser utilizada”, ressaltou.

Em seguida, o diretor do Google mostrou um vídeo com crianças de uma comunidade ribeirinha, no interior do Amazonas. “Esse vídeo mostra as crianças com seus sonhos, com seus anseios e desejos. É isso que precisamos valorizar: que as nossas crianças sonhem em crescer, em se desenvolver, em aprender”.

Ele defendeu a formação continuada e o acompanhamento dos professores, ao longo de

pelo menos três anos, preparando conteúdos digitais para os alunos, com o uso das ferramentas já disponíveis de forma gratuita pela empresa. “Importante essa parceria de aluno e professor, em prol da escola. Ao nosso ver, isso vai garantir mais aprendizado e capacidade de nossos alunos concorrerem pelos melhores empregos, as melhores carreiras”.

Pronunciamentos

O secretário Suamy Vivecananda disse que “como é bom aprender com quem tem o que nos ensinar. Quem rompeu com um modelo, com um sistema, para fazer a diferença. Penso que em metodologias já provadas e aprovadas, não devem ser questionadas. Uma equipe técnica da Seduc esteve em Sobral e pretendemos promover mudanças, levando em conta esse modelo exitoso. Aliás, já fizemos mudanças”.

Segundo o secretário, “eu acredito na educação e precisamos discutir novos modelos, novas estratégias, que possam trazer números melhores, não apenas no IDEB, mas no processo de ensino e aprendizagem”.

Paulo Cury, que vai assumir a presidência do TCE no começo do próximo ano, se comprometeu em empunhar a bandeira, em busca de resultados melhores para a educação em Rondônia. “O que Sobral nos mostra é que ações simples, previstas em leis, dão resultados surpreendentes e que podem servir de base para ações semelhantes”.

Claudio Santos observou que os municípios têm muitos desafios para avançar na educação, mas defendeu que o uso da tecnologia é primordial para garantir esses avanços. “É importante analisar a realidade local e implantar um modelo adequado a nossa potencialidade”.

A presidente do Sintero, Lionilda Simão, defendeu que o modelo de escolha de diretores seja amplamente democrático, mas com preocupação em ter resultados positivos.

Daniel Pereira abriu a sua fala, ressaltando que “o modelo de Sobral está pronto, é exitoso, e o que precisamos é fazer um convênio para adotá-lo em Rondônia, com alguns ajustes. Trago aqui uma reflexão ainda: o Google fez essa apresentação e precisamos usar a tecnologia a favor da educação”.

O presidente da Undime, Vilson Macedo, parabenizou a Assembleia Legislativa, pela iniciativa em trazer o modelo de Sobral, para estimular, motivar a todos os envolvidos com a educação. “Essa audiência vem fortalecer ainda mais esse nosso compromisso em fazer uma educação cada vez melhor. Depende muito de ação política, de tomar decisões que possam mudar o rumo das prioridades”.

A vereadora Claudia de Jesus elogiou o modelo de Sobral, “é possível que o gestor possa fazer mais e melhor pela educação, mesmo sem muitos recursos, sem grandes investimentos, mas com a aplicação correta e responsável dos recursos”.

Ela ressaltou que “esperamos resultados práticos. Quero dizer ainda que a mediação tecnológica foi implantada sem a devida discussão, o que tem gerado uma série de reclamações”.

O prefeito de Ariquemes, Thiago Flores (PSL), alertou que, “se tiver algum tipo de

solução para o setor educacional, está aqui. Aqui estão as forças políticas e boa parte do corpo técnico. Reconheço ainda a ação do conselheiro Paulo Cury, em se colocar à disposição para contribuir”.

Flores disse que, em 2017, técnicos da Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes, estiveram em Sobral. “Lá é o modelo a ser seguido, mas se respeitando as nuances de cada lugar. O resultado, provavelmente, não será colhido agora, mas lá na frente, quando o resultado vir, vai ser sólido e concreto. Deixo a mensagem de que, quanto melhor a educação, menor é a violência. No final de semana, quatro jovens, pobres e negros, foram assassinados em Ariquemes”.

Ao final das explanações, o proponente da audiência pública, Lazinho da Fetagro, afirmou que o evento não tem como intenção desmerecer o trabalho que já foi feito na educação rondoniense. “Algo precisa ser feito de agora em diante para que o diferente apareça. Precisamos admitir que precisamos melhorar, toda sociedade, não apenas os professores, os gestores. É necessário um planejamento para que as metas sejam alcançadas. Se conseguirmos que pelo menos 1 dos 52 municípios de Rondônia chegue próximo da meta estabelecida, estaremos com a nossa missão cumprida. O novo não é fácil, mas vamos conquistar esse objetivo”, finalizou.

topo ↕

ESTADO DE MINAS - MG - GERAIS

AMB vê indústria de diplomas

Médicos e estudantes fazem protesto em BH contra formados no exterior: mobilização de classe é antiga. AMB diz que universidade terceirizou revalidação de diplomas

A Associação Médica Brasileira (AMB) denuncia irregularidade na revalidação de diplomas de medicina estrangeiros, a partir de dossiê apresentado ao Ministério da Educação (MEC) e ao Itamaraty. O documento detalha esquema que envolveria a venda de cursos de complementação em instituições de educação privadas, incluindo faculdades e centros universitários de seis cidades mineiras – Bom Despacho, Conselheiro Lafaiete, São João del-Rei, Contagem, Sete Lagoas e Caratinga.

A entidade acusa nominalmente a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) de terceirizar, por meio de convênios, o processo de revalidação de diplomas, uma competência das instituições públicas de ensino e condição básica para que o profissional formado no exterior consiga exercer a profissão no Brasil. Alunos que não foram aprovados no Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos, o conhecido Revalida, estariam se beneficiando da facilidade, que envolve pagamento de mais de R\$ 130 mil a intermediários e de mensalidades a cursos de escolas particulares.

Além da prova unificada nacional Revalida, que conta com a adesão de mais de 45 instituições, médicos com diploma estrangeiro podem buscar universidades públicas para validar seus diplomas. As instituições têm autonomia para estabelecer seu próprio método, conforme a Lei 9.394, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. De acordo com o diretor da AMB José Bonamigo, chamou a atenção da Associação Médica o fato de a UFMT aprovar mais revalidações do que o próprio exame nacional. “No último edital, a instituição aprovou mais de 500 revalidações”, afirma Bonamigo. Ele sustenta que a universidade oferece a candidatos que não são aprovados a opção de fazer um curso de complementação, de 12 a 18 meses, em instituições privadas. Depois, segundo a AMB, os universitários retornam para fazer uma prova na UFMT. “Todos os

que receberam a complementação, inclusive em escolas que não têm curso de medicina, tiveram o diploma revalidado pela universidade”, questiona o médico.

O processo envolve ainda, de acordo com a AMB, empresas que se apresentam como especializadas em conseguir a revalidação do diploma médico e que cobram mais de R\$ 130 mil pelo serviço. “Na prática, a pessoa sai do país, faz um curso de qualidade péssima, obtém diploma que, em algumas situações, não é aceito pelo próprio país de origem, e, na volta, se submete a um processo questionável”, afirma Bonamigo. De acordo com o MEC, a UFMT apresentou providência para que haja “maior transparência em seu processo de oferta de curso de complementação para o Revalida”, que envolve a divulgação de todo o processo, além da aplicação por meio de editais. “Por força de lei, os critérios e procedimentos para revalidação de diplomas de nível superior, não apenas os de medicina, adotados pelas universidades públicas, são previstas sob normas legais inseridas em sua autonomia didática-científica e administrativa (...). Desta forma, o MEC pode sugerir metodologias, mas não as pode determiná-las. Um dos subsídios criados para equalização do processo foi o Exame Revalida, instituído desde 2011”, informou o MEC, em nota.

O Centro Universitário de Caratinga (Unec-MG), no Vale do Rio Doce, é uma das instituições questionadas pela AMB. A instituição oferece 40 vagas para o curso de medicina, mas conta com mais de 200 para o curso de complementação em convênio com a UFMT. O procurador jurídico da Fundação Educacional de Caratinga, mantenedora da Unec, Thales Alves, afirma que o curso de complementação é apenas um pré-requisito para a prova da UFMT. E que a adesão do centro universitário conta com a anuência da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior. “Temos uma unidade grande, com capacidade ociosa e profissionais adequados para prestar esse serviço.

A UFMT não recebe nada da fundação como contrapartida desse convênio”, afirma Alves. “A revalidação é de competência da universidade”, diz. Com custo de R\$ 4,9 mil ao mês, o curso dura de 12 a 18 meses e, após a conclusão, os alunos retornam à UFMT para avaliação. A UFMT não se pronunciou até o fechamento desta edição sobre os questionamentos da AMB.

topo ↕

O DIA - RJ - CIÊNCIA

Nova Iguaçu abre a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia

Com maioria das atividades no Shopping Nova Iguaçu, evento vai até sexta-feira

Nova Iguaçu - O prefeito de Nova Iguaçu, Rogerio Lisboa, abriu a 16ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia de Nova Iguaçu (SNCT 2019), nesta terça-feira. “Quando assumimos o governo, em 2017, herdamos uma dívida tão grande que cheguei a pensar que passaríamos quatro anos sem condições de fazer nada pela cidade. Aos poucos, fomos sanando as finanças e conseguimos tocar projetos importantes. Um deles é a Casa da Inovação, que começou como um laboratório e agora está crescendo, já temos sete unidades espalhadas pela cidade”, comemorou.

O evento organizado pela Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Assuntos Estratégicos, Ciência, Tecnologia e Inovação (Semacti), está sendo patrocinado pelo Governo Federal pelo segundo ano consecutivo e traz este ano o tema Bioeconomia - Diversidade e Riqueza para o Desenvolvimento Sustentável.

A abertura da SNCT 2019 aconteceu no Shopping Nova Iguaçu, onde serão realizadas a maioria das atividades até o dia 25 de outubro. Participaram da cerimônia alunos dos cursos oferecidos pela Casa da Inovação, autoridades locais e do estado, além do ex-nadador paralímpico Clodoaldo Silva.

O secretário da Semacti, Alex Castellar, lembrou que a realização da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia se dá graças ao projeto aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). “Mais de 4 mil municípios e instituições de ensino em todo o país disputaram o edital e apenas 100 projetos foram contemplados. Entre eles, o nosso. Este ano, apenas as prefeituras de Nova Iguaçu e de Arraial do Cabo foram contempladas no estado do Rio. Em 2018, nós fomos a única prefeitura de toda a região Sudeste”, revelou Castellar.

Conhecido como Tubarão das Piscinas, o ex-nadador paralímpico Clodoaldo Silva, dono de 14 medalhas paralímpicas (sendo seis de ouro, seis de prata e duas de bronze) lembrou que a ciência e a tecnologia fazem cada vez mais parte do cotidiano, até mesmo no esporte paralímpico. “A inovação tecnológica foi fundamental para que eu baixasse cada vez mais meu tempo na piscina. Se eu, com todas as dificuldades, fui capaz de vencer na vida, todos aqui podem ser vencedores”, afirmou o ex-atleta, diagnosticado com paralisia cerebral.

Após a cerimônia de abertura, o Espaço Coworking do Shopping Nova Iguaçu recebeu a primeira atividade da SNCT 2019, a Oficina sobre Gestão de Tempo, promovida pelo Sebrae, que reuniu empresários, universitários e feirantes de Nova Iguaçu. “Nosso objetivo é fazer com que as pessoas saibam se organizar de maneira a não desperdiçarem tempo. Desta forma, poderão ter um trabalho mais produtivo e, consequentemente, mais valorizado”, explica Juliana Fontoura, responsável pela oficina.

A Semana Nacional de Ciência e Tecnologia continua nesta quarta-feira. O evento tem como público-alvo professores e estudantes dos ensinos fundamental, médio, técnico e superior, mas é aberto à toda população.

Por isso, serão realizadas dentro do evento a Feira Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação (FEMuCTI) e a Feira de Economia Criativa, Agroecologia e Inovação Social. Para participar das atividades com vagas limitadas é preciso se inscrever pelo site www.novaiaguacu.rj.gov.br/snct2019. No site também é possível ver a programação completa.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

**Avaliação de pós-graduação passará a incluir impacto social e interação regional
Modelo será implementado em 2021; indicadores ainda são desafio para estudos,
iniciados em 2017**

Brasília

O novo sistema de avaliação de pós-graduação no Brasil vai ampliar a análise de indicadores e passará a focar fatores como impacto social, interação com o setor produtivo regional e a vocação de cada programa. A própria escala de notas atribuída aos cursos deve ser alterada.

O governo Jair Bolsonaro (PSL) planeja ter o novo modelo até o fim de 2020, para que a implementação ocorra no próximo ciclo de avaliação, que começa em 2021 —o ciclo

é realizado a cada quatro anos, com acompanhamentos periódicos.

A avaliação dos cursos de pós-graduação —mestrado e doutorado— é de responsabilidade da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, autarquia ligada ao MEC (Ministério da Educação).

As discussões do novo modelo começaram oficialmente em 2017, ainda no governo Michel Temer (MDB).

Os programas de pesquisa recebem notas com base no desempenho em indicadores, mas as informações de pesquisa (como quantidade de artigos e citações) têm maior protagonismo. Outros aspectos, como impacto social, carecem de indicadores e ficam sem peso na avaliação final.

O objetivo da reformulação é, segundo a **Capes**, garantir um acompanhamento que reflita um panorama mais amplo dos pontos fortes e áreas em que há necessidade de melhoria de cada programa.

O presidente da **Capes**, **Anderson Ribeiro Correia**, diz que a chamada análise multidimensional também servirá para induzir pesquisas de maior impacto científico, social e econômico.

"Com a avaliação, vamos incentivar que a pesquisa tenha maior impacto na sociedade, na indústria, estaremos em busca de uma pesquisa mais relevante", diz Correia.

O novo sistema trará indicadores em cinco dimensões: transferência de conhecimento, internacionalização, impacto na sociedade, formação e pesquisa.

A **Capes** ainda analisa quais serão os indicadores de cada dimensão, mas devem compor esse sistema, por exemplo, informações de pesquisas com engajamento regional, evolução salarial do egresso, criação de empresas e projetos de extensão universitária.

"A gente quer que a universidade cumpra sua vocação regional e os indicadores vão medir [esse impacto]", diz.

O próprio sistema de notas será alterado. Em vez de ter um conceito único por programa, haverá uma nota para cada uma das cinco dimensões.

Atualmente, a escala de notas vai de 1 a 7. Para funcionar, programas precisam receber conceito mínimo 3.

Essa avaliação norteia a priorização de concessão de bolsas e também a autorização de funcionamento dos cursos.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, tem feito críticas à qualidade da pesquisa brasileira, que, segundo ele, teria baixo impacto.

A **Capes** passou neste ano por um corte que atingiu 8% das bolsas de pesquisa por causa de bloqueios de orçamento. A maior parte dos cortes atingiu programas nota 3.

O governo ainda planeja uma fusão da **Capes** com o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), outra agência de apoio à pesquisa ligada ao Ministério da Ciência.

O país tem 4.591 cursos de pós-graduação. Um terço tem nota 3, metade deles recebe notas 4 e 5, e 11%, 6 e 7. Essa escala de notas deve ser alterada. Estuda-se uma escala que vá até 5.

Informações sobre pesquisa e formação continuarão, entretanto, como primordiais: um desempenho mínimo nesses quesitos deve permanecer como parâmetro de autorização de funcionamento.

Os cursos deverão ter bons indicadores em todas as dimensões, mas haverá um olhar diversificado para cada área.

Um curso de filosofia não terá, naturalmente, necessidade de transferir tecnologia. Por outro lado, um mestrado profissional que não tiver bons indicadores de relação com o mercado pode ser descredenciado, segundo exemplos do presidente da **Capes**.

Parte desses aspectos não é ignorada na avaliação atual, mas, segundo a **Capes**, não ganha destaque pela falta de indicadores definidos.

"Hoje, o impacto social tem visibilidade menor pela falta de indicadores claros", diz a diretora de Avaliação da **Capes**, Sônia Bão.

Análises internas da **Capes** mostram que há programas que poderão ter notas reduzidas, como alguns considerados de excelência internacional (6 e 7) mas que não registram indicadores de internacionalização consistentes.

Por outro lado, pós-graduações que tenham bons resultados de inovação poderão ter seu trabalho mais evidenciado.

A cientista Helena Nader, presidente de honra da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), avalia como positiva a proposta, mas ressalta alguns riscos em relação à definição de indicadores.

"Meu medo é banalizar. Tem de ter critérios muito claros, e, antes de pôr em prática, simular para entender o impacto", diz ela, que também diz estar preocupada para que o novo modelo não desprestige a pesquisa básica. "Há uma dificuldade com patentes, porque demora dez anos para aprovarem."

"O grande desafio é que a evolução do modelo ocorra sem sustos, sem causar descontinuidade no processo avaliativo", afirma o professor Jorge Audy, da PUC-RS, que preside a Comissão Nacional de Acompanhamento do Plano Nacional de Pós-Graduação, que trabalha nas discussões.

Mais de 80% dos programas funcionam em instituições públicas, apesar de, na graduação, 75% dos alunos estarem em particulares.

O presidente da **Capes** diz que o novo modelo deve beneficiar os dois lados: vai

incentivar as públicas a buscarem recursos e parcerias com a iniciativa privada e valorizar as privadas que têm maior facilidade de fazer isso.

topo ↕

AGÊNCIA SENADO - TEMPO REAL

CE aprova R\$ 146 bilhões para educação básica no Orçamento de 2020

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou, nesta terça-feira (22), emendas ao projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2020 (PLN 22/2019) e ao Plano Plurianual (PPA) 2020-2023 (PLN 21/2019).

Para o PPA, o colegiado aprovou emenda do senador Fabiano Contarato (Rede-ES) que amplia o volume de recursos para o programa educação básica de qualidade, de R\$ 93,4 bilhões para 146 bilhões. Outra emenda aprovada, do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), amplia de 45,45% a meta relacionada ao número de projetos que serão fomentados em programa de incentivo à cultura.

Para o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2020, o colegiado aprovou duas emendas no valor de R\$ 500 milhões, uma destinada a Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e outra destinada à aquisição de veículos para transporte de alunos na educação básica.

Debate

Durante a discussão da matéria, o senador Izalci Lucas (PSDB-DF), relator setorial da área de educação no Orçamento de 2020, defendeu a aprovação de emendas em apoio a programas de formação de professores de nível superior. Segundo ele, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** sofreu um dos maiores cortes orçamentários realizados pelo governo do presidente Jair Bolsonaro. Conforme explicou, as bolsas da **Capes**, que não recebem reajuste a seis anos, sofreram um corte de R\$ 1,62 bilhões.

O relator da matéria, senador Esperidião Amin (PP-SC) não atendeu ao pedido de Izalci, lembrando que a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados já aprovou emenda para o Orçamento de 2020 destinando recursos para a **Capes**.

topo ↕

CICLO VIVO - TEMPO REAL

Pesquisadores criam plástico de mandioca: transparente e resistente

Método já teve a patente requerida, visando a transferência de tecnologia para a indústria.

Um novo tipo de plástico biodegradável, que tem como matéria-prima o amido de mandioca, foi produzido em parceria por duas unidades da USP: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), em Piracicaba, e Escola Politécnica (Poli). Os pesquisadores desenvolveram uma técnica que utiliza o gás ozônio para processar o amido e melhorar as propriedades do plástico. O resultado é um produto mais transparente e resistente, que poderá ser usado em diversos tipos de embalagens. O método já teve a patente requerida, visando a transferência de tecnologia para a indústria.

“A busca por alternativas renováveis para a produção de plásticos biodegradáveis é crescente, sendo foco do estudo de diversos grupos de universidades no mundo inteiro”, explica o professor Pedro Esteves Duarte Augusto, coordenador do Grupo de Estudos em Engenharia de Processos (Ge²P) da Esalq. “Uma das possíveis matérias-primas para

a produção desses plásticos é o amido, ingrediente natural obtido de vegetais como milho, mandioca, batata, arroz, entre outros.”

Segundo o professor, a união dos grupos de pesquisa ocorreu porque a produção de plásticos a partir de amidos tem sido explorada há 15 anos pelo grupo da professora Carmen Cecilia Tadini, do Laboratório de Engenharia de Alimentos (LEA) da Poli e do Food Research Center (FoRC), um dos Centro de Pesquisa, Inovação e Difusão (Cepids) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). “Por outro lado, no Ge²P estudamos, desde 2015, diferentes tecnologias para modificação de amidos e possíveis aplicações”. De acordo com o professor Duarte Augusto, embora o grupo já tenha desenvolvido trabalhos com as tecnologias de ultrassom e irradiação, os estudos com modificação de amidos com ozônio têm resultado em diversas aplicações, como a melhoria da expansão no forno e impressão 3D.

Assim o desenvolvimento do projeto em parceria com a Poli conseguiu unir uma demanda às experiências dos grupos envolvidos. E a pesquisadora boliviana Carla Ivonne La Fuente Arias, engenheira química e de alimentos, é o elo dessa união. Carla desenvolve seu pós-doutorado no Ge²P, em parceria com o LEA e com bolsa da Fapesp. “O professor Pedro fez parte da minha banca de qualificação no doutorado e a partir de então teve início essa aproximação que hoje se consolida no pós-doc”, conta.

Ozonização

Carla aponta que o aspecto inovador do seu projeto consiste na modificação do amido de mandioca a partir da ozonização para a produção de filmes. “Trata-se de uma tecnologia verde, amigável com o ambiente. Esse é o foco, modificá-lo com o ozônio de maneira a melhorar suas propriedades na forma nativa. Produzimos assim esse plástico biodegradável e, mesmo ainda na etapa inicial, já obtivemos um produto de boa qualidade. A próxima etapa, a ser executada na Poli, é a produção em escala semi-industrial”, explica. Assim, para a concretização do projeto, são realizadas na Esalq as etapas de ozonização, secagem e caracterização das amostras de amido. Na sequência, Carla leva o material até a Poli para preparar e caracterizar o plástico biodegradável.

Entre os benefícios do plástico de mandioca estão maior resistência, transparência e permeabilidade. “O processamento dos amidos com ozônio permitiu a obtenção de filmes plásticos mais resistentes e homogêneos, com diferente interação com a água e, em alguns casos, melhor transparência”, detalha Carla. “Essas são características de grande interesse industrial, demonstrando como a tecnologia de ozônio pode ser útil para a fabricação de plásticos biodegradáveis com propriedades melhores do que utilizando apenas o amido nativo”.

A engenheira lembra que o produto deverá ser utilizado no mercado de várias formas. “As aplicações são inúmeras, já que embalagens mais resistentes e transparentes são desejáveis em grande parte das aplicações”, destaca. Um pedido de patente já foi depositado, visando à transferência de tecnologia para a indústria.

Os resultados obtidos a partir desse estudo foram apresentados no artigo científico Ozonation of cassava starch to produce biodegradable films, publicado na revista International Journal of Biological Macromolecules. O trabalho teve ainda a participação das pesquisadoras Andressa de Souza, Bianca Maniglia e Nanci Castanha, sendo financiado pela Fapesp e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico

e Tecnológico (CNPq), com bolsas da Fapesp, CNPq e Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Foto capa: Gerhard Waller/ Esalq

As informações são do Jornal da USP

topo ↕

GOVERNO DE SP - TEMPO REAL

Pesquisadores da USP desenvolvem novo plástico biodegradável Parceria envolve cientistas da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz e da Escola Politécnica da universidade

O Grupo de Estudos em Engenharia de Processos (Ge²P), da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP), e o Laboratório de Engenharia de Alimentos (LEA), da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), estabeleceram uma parceria que resultou na produção de um novo plástico biodegradável.

Segundo os pesquisadores, o material, que tem origem no amido de mandioca, apresenta propriedades melhores que o tradicional, que possibilitarão outras aplicações e melhores resultados. “A busca por alternativas renováveis para a produção de plásticos biodegradáveis é crescente, sendo foco do estudo de diversos grupos de universidades no mundo inteiro”, salienta o coordenador do Ge²P, professor Pedro Esteves Duarte Augusto.

“Uma das possíveis matérias primas para a produção desses plásticos é o amido, ingrediente natural obtido de vegetais como milho, mandioca, batata e arroz, entre outros”, completa o docente.

Parceria

De acordo com o professor, a união de esforços entre os laboratórios ocorreu porque a produção de plásticos a partir de amidos tem sido explorada há 15 anos pelo grupo da professora Carmen Cecilia Tadini, da Poli e do Food Research Center (FoRC), um dos centros de pesquisa apoiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de São Paulo (Fapesp).

O docente destacou que, embora o grupo já tenha desenvolvido trabalhos com as tecnologias de ultrassom e irradiação, os estudos com modificação de amidos com ozônio têm resultado em diversas aplicações, como a melhoria da expansão no forno e impressão 3D.

Com isso, o desenvolvimento do projeto em parceria com a Poli conseguiu unir uma demanda às experiências dos grupos envolvidos. A pesquisadora boliviana e engenheira química e de alimentos Carla Ivonne La Fuente Arias é o elo dessa união. A profissional desenvolve o pós-goutorado no Ge²P, em parceria com o LEA e com bolsa da Fapesp. “O professor Pedro fez parte da minha banca de qualificação no doutorado e, a partir de então, teve início essa aproximação que hoje se consolida no pós-doc”, enfatiza.

Carla Ivonne La Fuente Arias conta que o aspecto inovador do projeto consiste na modificação do amido de mandioca a partir da ozonização para a produção de filmes. “Trata-se de uma tecnologia verde, amigável com o ambiente. O foco é modificá-lo com o ozônio de maneira a melhorar suas propriedades na forma nativa. Produzimos assim

esse plástico biodegradável e, mesmo ainda na etapa inicial, já obtivemos produto de boa qualidade. A próxima etapa, a ser executada na Poli, é a produção em escala semi-industrial”, diz a pesquisadora.

Etapas

Para a concretização do projeto, são realizadas na Esalq as etapas de ozonização, secagem e caracterização das amostras de amido. Na sequência, a cientista leva o material até a Escola Politécnica para preparar e caracterizar o plástico biodegradável.

Entre os benefícios do novo produto estão maior resistência, transparência e permeabilidade. “O processamento dos amidos com ozônio permitiu a obtenção de filmes plásticos mais resistentes e homogêneos, com diferente interação com a água e, em alguns casos, melhor transparência”, explica a engenheira química e de alimentos.

“Essas são características de grande interesse industrial, demonstrando como a tecnologia de ozônio pode ser útil para a fabricação de plásticos biodegradáveis com propriedades melhores do que utilizando apenas o amido nativo”, detalha.

Aplicações

Carla Ivonne La Fuente Arias lembra que o produto deverá ser utilizado no mercado de várias formas. “As aplicações são inúmeras, já que embalagens mais resistentes e transparentes são desejáveis em grande parte das aplicações”, afirma.

Um pedido de patente já foi depositado, com vistas à transferência de tecnologia para a indústria. Os resultados obtidos a partir desse estudo foram apresentados no artigo científico Ozonation of cassava starch to produce biodegradable films, publicado na revista International Journal of Biological Macromolecules.

O trabalho teve, ainda, a participação das pesquisadoras Andressa de Souza, Bianca Maniglia e Nanci Castanha, com financiamento pela Fapesp e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), além de bolsas da Fapesp, CNPq e **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**.

topo ↕

JORNAL OESTE - TEMPO REAL

Direção do IFMT em Cáceres e Sinasefe apresentam demandas para parlamentar durante audiência pública da Câmara Federal no município

O Instituto Federal de Mato Grosso, IFMT Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo sediou, na última sexta-feira (18.10), audiência pública da Comissão de Educação da Câmara Federal com debate sobre Políticas e Reformas Curriculares como o Programa Future-se, a Base Nacional, Comum Curricular (BNCC) e a reforma do Ensino Médio. Além do debate sobre as políticas educacionais em curso no país, foram apresentadas demandas pela direção do campus e das representações dos sindicatos com reivindicações ao parlamento.

A atividade contou com a participação da deputada federal professora Rosa Neide (PT-MT), autora do requerimento na Câmara e teve entre os expositores, o Pró-reitor de Ensino do IFMT, Carlos André de Oliveira Câmara e o representante da Seção Cáceres do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica Sinasefe, Anderson Wesley. O debate foi mediado pelo professor do IFMT Cáceres, Matheus de Mesquita e Pontes.

"Nós queremos a educação pública, gratuita para todos e com qualidade. O sentido da audiência é trazer para essa reflexão, estudantes, os pais, profissionais e todos que possam abraçar essa causa", afirma Rosa Neide. A parlamentar reiterou o compromisso em defesa da educação e contra os cortes no orçamento para a pasta.

Realizada em formato de mesa-redonda, a audiência foi articulada pelo Sinasefe /Cáceres em parceria com a direção – geral do IFMT Campus Cáceres – Prof. Olegário Baldo e integrou a programação da XV Jornada de Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso (Jorneduc), promovida pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e pelo Departamento de Pedagogia da Unemat.

Em meio às explanações, o pró-reitor de ensino do IFMT, Carlos Câmara, apresentou uma contextualização da realidade da educação profissional tecnológica no Brasil e em Mato Grosso e as problemáticas vivenciadas frente a programas do governo, a exemplo do Future-se.

"Ontem em Brasília, na conclusão dos trabalhos do Fórum dos pró-reitores da Rede Federal junto com os pró-reitores das universidades federais houve um consenso: O Future-se não é um programa que abarca as necessidades primárias de nenhuma das instituições públicas federais", afirma o pró-reitor de ensino.

De acordo com ele, o programa não apresenta consistência para economicidade e facilidade de investimento, apenas coloca em risco autonomia intelectual das instituições. Com relação ao novo ensino médio, o pró-reitor destacou que a medida não tem consonância com a realidade dos institutos federais e não contempla a formação integral desenvolvida na rede.

O pró-reitor apontou também problemas de instabilidades geradas com a inconsistência de encaminhamentos no contexto atual de políticas para educação. "A gente chega para a nossa comunidade e fala como funciona dentro de uma métrica legal que está instituída, e no dia seguinte, a gente recebe um decreto, uma resolução, um ofício que diz não é mais dessa forma, mudou. É muito desafiador", afirma.

No que tange à redução de investimentos na educação, o pró-reitor destacou a preocupação com cortes orçamentários com destaque para os destinados à **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)** para formação de professores no Brasil. Ele agradeceu a parlamentar Rosa Neide pela proposição de emenda ao orçamento no valor de 300 milhões para bolsas de apoio à educação básica a partir da **CAPES**. A emenda já foi aprovada na Comissão de Educação e vai para votação em plenário.

Cartas de reivindicações

Durante a audiência, a diretora de desenvolvimento educacional do campus, Juçara Tinasi, apresentou a parlamentar Rosa Neide, demandas da direção-geral do campus por investimentos na unidade. Entre as reivindicações, o campus solicitou recursos para a construção de bloco de alojamento feminino; readequação de espaço para academia da comunidade escolar, construção de laboratório para Engenharia Florestal e reforma de setores como apicultura, avicultura, bovinocultura, florestas e suinocultura.

A direção da instituição solicitou também recursos para redimensionamento/balanceamento da rede de energia de alta-tensão do campus; recuperação e ampliação da pavimentação asfáltica interna; e ampliação do acervo de livros para a biblioteca do campus, em especial para os cursos superiores e o novo curso de Química que será ofertado a partir de 2020.

Na ocasião o Sinasefe-Seção Cáceres apresentou reivindicações com demandas da categoria no contexto local e nacional. No eixo de políticas públicas na área de educação, destacou a necessidade de posicionamento e articulação no parlamento pela revogação a Emenda Constitucional nº 95 que congelou os investimentos do governo federal nos serviços públicos até o ano de 2036; garantia de 10% do Produto Interno Bruto da nação para a educação; garantia de investimentos nos Institutos Federais; posse imediata de reitores e diretores eleitos; revogação do Novo Ensino Médio, reformulação da discussão da BNCC com entidades científicas, sindicatos, gestores escolares e comunidade educacional, retirada do Programa Future-se e do "Novos Caminhos"; oposição a projetos que limitem a liberdade de cátedra e a favor da valorização e incentivo à educação profissional de perfil integrado e holístico.

No âmbito de Políticas de Valorização do Servidor, o Sinasefe reivindicou, entre outras demandas, a reestruturação e valorização das carreiras de Educação Básica, Técnica e Tecnológica e do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação, e a revogação dos dispositivos de extinção de cargos e portaria de indicação de setores a serem terceirizados na carreira de trabalhadores técnico-administrativos da educação. Nas demandas específicas para o campus, o sindicato também formalizou a solicitação de emenda parlamentar para aquisição de referências bibliográficas, em especial para consolidação dos cursos superiores, ampliação do alojamento feminino voltada as discentes; e reformas em setores agrícolas e laboratórios.

Participaram da audiência, estudantes e servidores do IFMT em Cáceres e docentes da Unemat e da rede estadual de ensino de Mato Grosso. Entre as representações institucionais e sindicais, a audiência contou com a participação da professora da Unemat, Heloísa Salles Gentil, da organização da XV Jorneduc; o presidente do Sinasefe-Seção Cáceres, professor do IFMT, Eliel Regis de Lima; a representante do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (Sintep), professora Maria Clara Ede Amaral; e da Associação dos Docentes da Unemat (Adunemat), professora Silvia Regina Nunes.

Projeção nacional

O portal da Câmara dos deputados destacou a agenda da Comissão de Educação realizada em Cáceres-. Além da deputada federal professora Rosa Neide (PT-MT), autora do requerimento na Câmara, o documento contou com a assinatura dos deputados do Partido dos Trabalhadores, Alencar Santana Braga (SP), Natália Bonavides (RN), Margarida Salomão (MG) e Rejane Dias (PI).

topo ↕

MAXPRESSNET - NOTÍCIAS

Qual o impacto do bem-estar de suínos machos na cognição e emoção da prole?

Pesquisadores do Departamento de Medicina Veterinária Preventiva e Saúde Animal da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ) da USP, em Pirassununga, querem entender as potenciais alterações que o bem-estar dos suínos machos genitores acarretaria nos espermatozoides e, conseqüentemente, nos leitões por eles produzidos.

De acordo com o coordenador dos estudos, o professor Adroaldo J. Zanella, a importância dos experimentos reside na identificação e mensuração das implicações que o sêmen de machos que sofreram experiências negativas e positivas durante o processo de formação dos espermatozoides (espermatogênese) possam ter para silenciar ou ativar genes, os quais, por sua vez, podem transmitir tais informações para a prole, alterando a trajetória de vida dos animais.

Os suínos têm habilidades cognitivas comparáveis aos cães domésticos e apresentam respostas emocionais muito comparáveis aos humanos. Eles se reconhecem no espelho, como chimpanzés e elefantes, e também antecipam decisões de outros suínos (reconhecem o que os animais sabem ou não sabem).

Os estudos estão sendo desenvolvidos pelos pesquisadores Thiago Bernardino de Almeida, em sua pesquisa de doutorado, e Leandro Sabei, em sua dissertação de mestrado, e contam com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

A pesquisa de Thiago Bernardino de Almeida teve duração de 10 semanas e foi realizada com 27 cachorros (machos suínos adultos não castrados).

Nove receberam o manejo tradicionalmente dedicado a esses animais quando mantidos para reprodução, ou seja, ficaram em celas onde somente podiam deitar e levantar.

Outros nove machos foram mantidos em baias onde se movimentavam e mantinham contato, através de cercas, com os outros animais.

Os últimos nove animais receberam o tratamento que implicava um melhor nível de bem-estar: além de alojados em baias, eles receberam feno para manipular, tiveram estímulo tátil diariamente através de escovação e também foram premiados com rápidos banhos de água.

Todos os animais tiveram o sêmen colhido para análises de suas características e qualidade, o que possibilitou comparações em função das diferentes condições de alojamento e de bem-estar dos progenitores.

A partir daí, entrou em cena o mestrando Leandro Sabei. Em sua pesquisa, ele misturou o sêmen de seis machos, para cada um dos grupos do experimento do Thiago Bernardino de Almeida, totalizando 18 animais, e obtendo assim três amostras de sêmen – uma de cada grupo.

Esse material foi inseminado em 14 fêmeas suínas que gestaram leitões de pais com diferentes experiências. São esses os leitões que nasceram no mês de setembro. Eles foram submetidos a uma vasta bateria de testes para que aspectos cognitivos e emocionais revelem a contribuição do bem-estar do macho nos aspectos de desenvolvimento da prole.

Os testes incluem comportamento social, memória, medo, ansiedade e emoções positivas, além da concentração de hormônios de estresse, como cortisol, na saliva dos

leitões.

Os dois experimentos avaliam a contribuição dos machos na trajetória das proles e, para isolar tal contribuição, as fêmeas foram mantidas em condições excelentes de bem-estar, de modo a demonstrar que foi o sêmen, de fato, que transmitiu as informações para o feto, como explica Zanella.

Resultados preliminares destes trabalhos foram apresentados na reunião da Sociedade Internacional de Etologia Aplicada, em Bergen, na Noruega, no início de agosto. Trabalhos também foram aceitos para a reunião da Sociedade Brasileira de Etologia, que será realizada no próximo mês de novembro, em São Paulo.

Além do apoio da Fapesp, este projeto tem como parceira a Universidade de Linköping, na Suécia, com recursos do Conselho de Pesquisas daquele país. Na Suécia, o pesquisador Leandro Sabei vai estudar os marcadores epigenéticos na prole das 14 fêmeas.

O doutorando Thiago Bernardino de Almeida está na University of Maryland, nos Estados Unidos, com bolsa no exterior Fapesp (BEPE). Ele vai avaliar os RNAs do sêmen dos machos em um laboratório que é referência mundial em fatores que modulam a expressão gênica no sêmen de humanos e roedores, contribuindo para distúrbios cognitivos e emocionais.

Na trajetória científica do professor Zanella, outros estudos demonstraram como o bem-estar das fêmeas contribui para a prole. Em um projeto de doutorado desenvolvido na USP e na Universidade de Teramo (Itália) pela estudante Marisol Parada Sarmiento, foram demonstrados efeitos de doenças que causam dor nas fêmeas suínas gestantes sobre a percepção de dor dos leitões. Este projeto também recebe recursos da Fapesp.

Em todas essas pesquisas, a construção do trabalho experimental contou com parceiros importantes. A certificadora internacional de bem-estar animal Certified Humane doou recursos para a aquisição dos animais. A empresa brasileira de genética suína TOPGEN ofereceu acesso às suas instalações para alguns experimentos. Além disso, impressiona a grande participação, nesses experimentos, de estudantes de graduação em Medicina Veterinária e Zootecnia da USP e de outras instituições do Brasil. Eles desenvolvem estudos paralelos, como um que avalia a arquitetura do ninho das fêmeas suínas em relação à capacidade de manter a temperatura adequada para os leitões.

Segundo Zanella, esse arranjo é fruto de um enorme trabalho que busca oferecer para os animais o melhor sistema possível para que o bem-estar dos mesmos seja assegurado, visando a entender como os animais se comportam e interagem com um ambiente mais positivo.

Mais informações: e-mail adroaldo.zanella@usp.br

Reportagem e texto: Mariana Bombo Perozzi Gameiro

topo ↕

NEXO - TEMPO REAL

Os efeitos do desbloqueio tardio de verbas para as universidades

Ministério da Educação anunciou que remanejou R\$ 1,1 bilhão para o ensino superior. O 'Nexo' falou com o doutor em educação Gregório Grisa sobre o impacto de liberar recursos após meses de contingenciamento

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, usa óculos com referência a meme durante anúncio de liberação de recursos

O Ministério da Educação anunciou na sexta-feira (18) a liberação de toda a verba de custeio das instituições federais de ensino superior. Os recursos tinham sido bloqueados em abril, o que gerou, no mês seguinte, duas grandes manifestações de estudantes, professores e funcionários contra o governo do presidente Jair Bolsonaro.

Na época, a pasta justificou a necessidade do contingenciamento com a arrecadação abaixo do esperado. Agora, o ministério diz ter remanejado internamente recursos para a liberação do dinheiro, sem detalhar de onde saiu o valor. Isso significa que, na prática, não há um descontingenciamento.

R\$ 1,1 bilhão é o valor que o MEC promete destinar às instituições para a execução dos gastos não obrigatórios

A pasta detalhou o destino dos recursos liberados:

R\$ 771 milhões serão enviados para as universidades.
R\$ 336 milhões vão para os institutos federais.

Ainda estão bloqueados R\$ 2,86 bilhões do orçamento global do ministério, referentes a todas as etapas de ensino. Esse contingenciamento afeta ações da educação básica à pós-graduação, como a oferta de bolsas de pesquisa.

A 'lacrção' do ministro da Educação

Ao anunciar a liberação do dinheiro, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, tentou provocar os críticos do governo. Ao final da coletiva, ele colocou óculos que fazem referência a um meme para indicar que havia deixado os adversários sem reação. Depois, disse "Ab [Abraham] is out!", jogando o microfone na mesa.

Weintraub precisou explicar o significado de sua atitude. Sua frase havia passado a ideia de que estava deixando o cargo. Segundo ele, a expressão era usada pelo cantor Elvis Presley ao terminar os shows.

Nas redes sociais, ele escreveu: "Acabou o contingenciamento das federais! VERBAS 100% LIBERADAS! Cadê os 'especialistas' que alardeiam o caos há 6 meses. Vão admitir que 'erraram'?"

O ministro tem sido criticado desde que, em abril, afirmou que cortaria as verbas das universidades federais por causa da "balbúrdia" que alegou existir nas instituições de ensino. Sua fala gerou uma crise para o governo, devido à reação dos estudantes, professores e funcionários, que foram às ruas protestar. Em maio, ele foi convidado a se explicar na Câmara.

A crise nas universidades federais

O contingenciamento

O orçamento do MEC sofreu em abril um contingenciamento de R\$ 5,8 bilhões, de um total de R\$ 30 bilhões bloqueados para reduzir os gastos em todo o governo. Mais de R\$ 2 bilhões atingiam as universidades e os institutos federais, que tiveram 30% de seus recursos discricionários congelados. Esses gastos, não obrigatórios, não incluem salários e aposentadorias. Numa transmissão ao vivo em uma rede social ao lado de Bolsonaro, o ministro chegou a usar chocolates para tentar explicar a medida, dizendo que o dinheiro não seria cortado. “Deixa pra comer [os chocolates] depois de setembro”, disse.

A primeira liberação

Em setembro, Weintraub anunciou desbloqueio de quase R\$ 2 bilhões da pasta, dos quais 58% (R\$ 1,2 bilhão) foram destinados a universidades e institutos federais. O dinheiro também foi usado para comprar livros didáticos, realizar exames da educação básica e pagar bolsas da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**. “Está tudo na normalidade”, disse ao anunciar a medida. Universidades, porém, já tinham suspenso serviços de limpeza e cancelado aulas noturnas por falta de vigilância. A Universidade Federal do Paraná ameaçava interromper o ano letivo.

O remanejamento do que faltava

Em outubro, o MEC não descongelou o resto do dinheiro bloqueado em abril, mas remanejou verbas, sem explicar a origem, para direcioná-las às instituições, o que já foi feito. Ao ser questionado se estava arrependido por criticar as universidades por “balbúrdia”, Weintraub voltou a atacá-las. “As universidades são caríssimas, tem universidade que custa R\$ 4 bilhões por ano para o pagador de imposto. Universidade não é lugar para fazer festa onde morre gente, não é lugar para produzir metanfetamina nem plantar maconha”, disse, sem dizer onde isso ocorre.

Uma visão sobre o contingenciamento

O Nexo conversou com o professor do IFRS (Instituto Federal do Rio Grande do Sul) Gregório Grisa, que é doutor em educação e PhD em sociologia, sobre as consequências do bloqueio de verbas para as instituições federais de ensino superior.

É possível mensurar o impacto do bloqueio?

GREGÓRIO GRISA No global, é muito difícil [mensurar]. As universidades têm realidades orçamentárias muito distintas. As mais novas têm mais obras que envolvem recursos de capital que não necessariamente foram descontingenciados agora. E há as mais consolidadas, com serviços que não são tão afetados. O impacto incide na prestação de serviços, em especial dos terceirizados, e nas atividades fins, como pesquisa e extensão, com o não pagamento de bolsas ou de recursos de capital de projetos. Cursos que envolvem a questão agrícola, por exemplo, têm constantemente visitas técnicas que fazem parte nuclear do currículo e que são práticas inerentes deles. Essas visitas foram sistematicamente canceladas e não voltam mais. É um tipo de atividade que não recupera. Exemplos acadêmicos, como mostras e salões, se foram cancelados, não podem ser realizados às pressas no final do ano. Teria que ver a magnitude disso em cada uma das instituições.

Há como recuperar as ações de pesquisas e as bolsas?

GREGÓRIO GRISA Não tem como pagar de forma retroativa. Não se paga para o aluno bolsas de junho e julho que porventura foram cortadas. Das que foram canceladas pelo MEC, muitas eram renovações, algum aluno que deixou de ser bolsista e outro que seria nomeado.

O que significa o desbloqueio agora?

GREGÓRIO GRISA Quando o contingenciamento é anunciado em março, se faz todo um replanejamento. Em universidade e institutos que têm multicampi, as reitorias acabam concentrando recursos para poder manter as atividades básicas em todos os campi. Quando não se tem segurança do que vai ser descontingenciado, certas atividades são paralisadas, e outras, canceladas. Agora, quando é descontingenciado, via de regra, vai se pagar contas que atrasaram, contratos com fornecedores, com terceirizados e afins. Em alguns casos, até luz e água. E vai se tentar fazer empenhos que envolvam compras já licitadas, processos com pregão já feito, que não necessariamente é prioridade daquele campus, daquela gestão, daquela reitoria. Acaba se utilizando algo que não era prioridade para 2020. Para não perder os recursos, acaba se fazendo a compra mesmo assim. Isso não é regra, mas pode ocorrer. Pode haver um certo improviso no empenho agora, fazendo com que a eficácia do gasto se reduza. O orçamento para o ano que vem prevê restrições muito importantes para o MEC. Não só na **Capes** como na rede tecnológica dos institutos, há uma redução importante dos recursos discricionários, de custeio. Algo em torno de quase 60%. Há uma outra previsão no orçamento enviado neste ano que são recursos vinculados à aprovação de decretos legislativos, complementares. Cerca de 20% de todo o orçamento do MEC está, digamos assim, condicionado à aprovação parlamentar, por parte do Congresso. Em termos globais, nós temos redução prevista para repasses da educação básica, para hospitais federais vinculados a universidades, para o ensino superior e técnico. O prognóstico é de uma retração maior para 2020. Essa insegurança para a pesquisa é muito complicada. Não se garantem para pesquisadores e universidades insumos que são da rotina. Em tese não se deveria passar por essa insegurança orçamentária que a gente está vivendo.

Quais outras áreas da educação ainda sofrem com falta de verbas?

GREGÓRIO GRISA Tem alguns programas que nem saíram do papel, que não receberam recursos liquidados. Não executaram os recursos. Na educação básica, há programas principalmente ligados à construção de creches. Às vezes, quando estamos falando de obras paradas, é um duplo problema, porque tem a demanda para concluir a obra, mas tem um gasto adicional que procede do fato de ela ter sido paralisada. Nos institutos, tem um conjunto de campi novos que precisam de um conjunto de obras de infraestrutura para se consolidar. Para consolidar campi no interior do Brasil, precisaria dar conta de alguns novos prédios e algumas manutenções prediais caras. Esse recurso não existe, não está no horizonte hoje em virtude do baixíssimo nível de investimentos públicos da União.

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

CAPES sedia conferência pela alfabetização

Como parte da implementação da Política Nacional de Alfabetização (PNA), a **CAPES** sedia a 1ª Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências (CONABE), que acontece entre os dias 22 e 25 de outubro. O evento, organizado pelo Ministério da Educação (MEC), foi aberto por Abraham Weintraub, titular da

pasta, **Anderson Correia**, presidente da **CAPES**, e Carlos Nadalim, secretário de Alfabetização do MEC.

Anderson Correia contou que a PNA foi prioridade nos 100 dias do governo Bolsonaro e explicou que “agora temos os desdobramentos decorrentes da implementação da política, com projetos concretos”. Ele destacou as duas diretorias da **CAPES** que atuam na alfabetização: a de Educação Básica e a de Educação a Distância. Nelas há vários projetos conjuntos em andamento voltados à formação do professor.

Sempre lembrando a importância de uma sociedade alfabetizada, Abraham Weintraub frisou que a leitura, a escrita e a capacidade de fazer contas é libertadora. Carlos Nadalim, por sua vez, explicou que a CONABE debate “o estado da arte da alfabetização, a fim de consolidar o conhecimento científico, identificando evidências rigorosas”.

CONABE

O evento reúne pesquisadores, professores, gestores educacionais e representantes da sociedade civil – brasileiros e estrangeiros – que trabalham com diferentes áreas da aprendizagem e do ensino da leitura, da escrita e da matemática básica.

A partir das discussões geradas no encontro, será consolidado o Relatório Nacional da Alfabetização Baseado em Evidências (RENABE), a ser publicado em 2020, como subsídio técnico-científico que orientará os programas do MEC derivados da PNA.

(Brasília – Redação CCS/CAPES) - 22.10.2019

topo ↕

SBT - TEMPO REAL

Pesquisadores da USP desenvolvem novo plástico biodegradável

O Grupo de Estudos em Engenharia de Processos (Ge²P), da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP), e o Laboratório de Engenharia de Alimentos (LEA), da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), estabeleceram uma parceria que resultou na produção de um novo plástico biodegradável.

Segundo os pesquisadores, o material, que tem origem no amido de mandioca, apresenta propriedades melhores que o tradicional, que possibilitarão outras aplicações e melhores resultados. “A busca por alternativas renováveis para a produção de plásticos biodegradáveis é crescente, sendo foco do estudo de diversos grupos de universidades no mundo inteiro”, salienta o coordenador do Ge²P, professor Pedro Esteves Duarte Augusto.

“Uma das possíveis matérias primas para a produção desses plásticos é o amido, ingrediente natural obtido de vegetais como milho, mandioca, batata e arroz, entre outros”, completa o docente.

Parceria

De acordo com o professor, a união de esforços entre os laboratórios ocorreu porque a produção de plásticos a partir de amidos tem sido explorada há 15 anos pelo grupo da professora Carmen Cecilia Tadini, da Poli e do Food Research Center (FoRC), um dos centros de pesquisa apoiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de São

Paulo (Fapesp).

O docente destacou que, embora o grupo já tenha desenvolvido trabalhos com as tecnologias de ultrassom e irradiação, os estudos com modificação de amidos com ozônio têm resultado em diversas aplicações, como a melhoria da expansão no forno e impressão 3D.

Com isso, o desenvolvimento do projeto em parceria com a Poli conseguiu unir uma demanda às experiências dos grupos envolvidos. A pesquisadora boliviana e engenheira química e de alimentos Carla Ivonne La Fuente Arias é o elo dessa união. A profissional desenvolve o pós-goutorado no Ge²P, em parceria com o LEA e com bolsa da Fapesp. “O professor Pedro fez parte da minha banca de qualificação no doutorado e, a partir de então, teve início essa aproximação que hoje se consolida no pós-doc”, enfatiza.

Carla Ivonne La Fuente Arias conta que o aspecto inovador do projeto consiste na modificação do amido de mandioca a partir da ozonização para a produção de filmes. “Trata-se de uma tecnologia verde, amigável com o ambiente. O foco é modificá-lo com o ozônio de maneira a melhorar suas propriedades na forma nativa. Produzimos assim esse plástico biodegradável e, mesmo ainda na etapa inicial, já obtivemos produto de boa qualidade. A próxima etapa, a ser executada na Poli, é a produção em escala semi-industrial”, diz a pesquisadora.

Etapas

Para a concretização do projeto, são realizadas na Esalq as etapas de ozonização, secagem e caracterização das amostras de amido. Na sequência, a cientista leva o material até a Escola Politécnica para preparar e caracterizar o plástico biodegradável.

Entre os benefícios do novo produto estão maior resistência, transparência e permeabilidade. “O processamento dos amidos com ozônio permitiu a obtenção de filmes plásticos mais resistentes e homogêneos, com diferente interação com a água e, em alguns casos, melhor transparência”, explica a engenheira química e de alimentos.

“Essas são características de grande interesse industrial, demonstrando como a tecnologia de ozônio pode ser útil para a fabricação de plásticos biodegradáveis com propriedades melhores do que utilizando apenas o amido nativo”, detalha.

Aplicações

Carla Ivonne La Fuente Arias lembra que o produto deverá ser utilizado no mercado de várias formas. “As aplicações são inúmeras, já que embalagens mais resistentes e transparentes são desejáveis em grande parte das aplicações”, afirma.

Um pedido de patente já foi depositado, com vistas à transferência de tecnologia para a indústria. Os resultados obtidos a partir desse estudo foram apresentados no artigo científico Ozonation of cassava starch to produce biodegradable films, publicado na revista International Journal of Biological Macromolecules.

O trabalho teve, ainda, a participação das pesquisadoras Andressa de Souza, Bianca Maniglia e Nanci Castanha, com financiamento pela Fapesp e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), além de bolsas da Fapesp, CNPq e **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**.

topo

SÉCULO DIÁRIO - TEMPO REAL

Movimentos sociais questionam eficácia do tratamento de comunidades terapêuticas

Locais funcionam como abrigo para pessoas com dependência química sem fiscalização de seus trabalhos

Internação como primeira opção, distanciamento dos laços sociais e afetivos do paciente e doutrinação religiosa. Nesse tripé, que caracteriza o trabalho feito nas comunidades terapêuticas, estão os principais pontos criticados pelos movimentos sociais ligados ao tratamento de pessoas com dependência química, que questionam, inclusive, a eficácia do método adotado por essas instituições.

Segundo o professor de Educação Física, militante da Luta Antimanicomial, do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), do Fórum Metropolitano Sobre Drogas e integrante do Grupo de Trabalho e Prevenção ao Suicídio, André Ferreira, as comunidades terapêuticas funcionam como um abrigo para pessoas com dependência química e não há uma fiscalização rigorosa de seus trabalhos.

De acordo com André, o Governo do Estado destina para elas verba que vêm do Governo Federal, da Política de Combate às Drogas, custeando vagas de internação. No último dia 18, inclusive, a Secretaria Estadual de Direitos Humanos, realizou oficinas de qualificação para as comunidades terapêuticas (CTs) conveniadas ao Governo do Estado, parceria que também é questionada pelos militantes da Luta Antimanicomial.

Essa verba, argumenta André, deveria ser voltada para o tratamento da dependência química a ser realizado por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), que é mais eficaz. Ele explica que por meio do SUS o tratamento começa pela atenção primária, com profissionais da área da saúde. Se não resolver, a pessoa é encaminhada para a Rede de Atendimento Psicossocial, por meio do CAPS. A internação, afirma, é o último recurso, porém, de acordo com André, virou prioridade por meio das comunidades terapêuticas.

“É comprovado que a internação fragiliza os laços sociais, distancia a pessoa da família. Muitas comunidades quebram totalmente os laços afetivos, inclusive, enviando a pessoa com dependência química para outro estado. As comunidades criam uma situação ilusória, distancia a pessoa daquelas que podem oferecer drogas a ela, distanciam totalmente do ambiente do uso e quando a pessoa volta para esse ambiente não sabe lidar com a vida, com os convites que vai receber para usar a droga”, explica André.

André salienta que as comunidades terapêuticas normalmente são coordenadas por grupos evangélicos e os internos costumam se dedicar ao trabalho laboral e práticas religiosas, não havendo, de fato, um tratamento terapêutico para lidar com a droga. “No SUS, por meio do **Capes**, tem psicólogo, psiquiatra, vai ter grupos para auxiliar sobre como lidar com a droga, conversar sobre como está a experiência no ambiente de uso”, diz. E critica a utilização da dependência química como forma de praticar proselitismo religioso. “São pessoas fragilizadas pela dependência. Faz-se um tratamento baseado na religião, relacionam a droga com a ausência de Deus”, afirma.

Casos de agressão

Segundo o militante do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) e integrante do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra (CDDH-Serra), Gilmar

Ferreira, em muitas das comunidades terapêuticas já foram flagradas práticas de violências, segregação e tortura. Em 2018, o Governo Federal destinou R\$ 90 milhões para as comunidades terapêuticas, repasse que passou para R\$ 155 milhões no Governo Bolsonaro.

“O estado precisa afirmar o seu caráter laico. Os serviços de prevenção e tratamento para dependência do álcool e outras drogas devem estar disponíveis a todos na rede pública de saúde com equipamentos e profissionais capacitados, a exemplo dos Centro de Prevenção e Tratamento de Toxicômanos (CPTT's) e dos Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)”.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Tenho certeza que Weintraub me vê como inimiga, diz Tabata Amaral
Em entrevista ao GLOBO, parlamentar vê inconstitucionalidade no Escola Sem Partido e defende revisão do Fundeb a cada cinco anos

RIO — Notória por seus discursos contra o primeiro escalão do Ministério da Educação (MEC) desde o começo do governo Bolsonaro, a deputada Tabata Amaral (PDT-SP) vem aumentando a frequência dos encontros com sua base eleitoral em São Paulo, com foco especial nos eleitores mais jovens de diferentes regiões do país.

Em uma destas reuniões, realizada na Fundação Getúlio Vargas do Rio, com bolsistas da instituição que foram medalhistas da Olimpíada de Matemática, a deputada de 25 anos pregou para os jovens participarem da política para ocupar espaços dos "tradicionais homens gordinhos com cabelo branco".

Em entrevista exclusiva ao GLOBO, a deputada respondeu ainda sobre programas do MEC como o Future-se, a discussão do Fundeb, os posicionamentos do ministro e como vê o Escola sem Partido.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciou recentemente o descontingenciamento dos recursos nas universidades e fez uma grande apresentação para isso. Como você vê essa postura?

É... o que eu posso falar de um ministro que coloca um óculos e joga um microfone? O ministro está mais preocupado em fazer campanha, em causar nas redes sociais do que em fazer políticas públicas. Ele faz tudo, menos o que um ministro de estado deveria fazer. Ele mesmo falou isso, né? Que ele estava mais preocupado em zoar fulano e sicrano do que em pensar nos problemas da educação. Eu acho triste. Ele mostra estar pouco focado em problemas que são enormes e que dariam bastante coisa para ele pensar.

Você acha que ele te vê como inimiga?

Eu tenho certeza que sim, pelas coisas que ele fala para os outros deputados. Mas, eu tenho bastante assuntos mais sérios para trabalhar e para focar. Acho que é bastante unilateral. Eu olho para ele como ministro da Educação e tenho uma excelente relação com todos os secretários. Sou muito bem recebida e levo sugestão. Não estou preocupada em ficar no plenário xingando fulano ou a mãe de não sei quem. Quando eu tenho uma dúvida, vou lá e levo uma pergunta e, depois, uma proposta.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

MEC divulga horário de provas do Enem em cada estado

Estudantes devem ficar atentos ao fuso horário. As provas serão aplicadas nos dias 3 e 10 de novembro de acordo com o horário de Brasília

O MEC (Ministério da Educação) divulgou as orientações sobre o horário das provas do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), que será realizado nos dias 3 e 10 de novembro, em 1.727 municípios. Como a aplicação segue o horário de Brasília, dependendo do local, os relógios podem estar até duas horas atrasados, e os participantes devem ficar atentos. Cerca de 5,1 milhões de pessoas estão inscritas para o exame.

Os portões de acesso aos locais de prova serão abertos e fechados em horários diferentes nos estados, isso porque, pela extensão territorial do país, existem diferentes fusos horários. Os estudantes que chegarem após o fechamento dos portões não poderão fazer o exame.

No dia 3 de novembro, os estudantes terão cinco horas e meia para fazer a prova. No segundo domingo de prova, 10 de novembro, o tempo será mais curto: cinco horas.

O acesso à sala de provas só será permitido com a apresentação de documento oficial de identificação com foto, conforme previsto em edital. O Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) recomenda que o participante imprima e leve o cartão de confirmação da inscrição, que já está disponível na Página do Participante e no aplicativo do Enem.

Veja o horário das provas do Enem em cada estado:

Acre e 13 municípios do Amazonas (Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Boca do Acre, Eirunepé, Envira, Guajará, Ipixuna, Itamarati, Jutaí, Lábrea, Pauini, São Paulo de Olivença, Tabatinga): abertura dos portões às 10h, fechamento dos portões, 11h, término das provas, 17.

Amazonas (com exceção dos 13 municípios descritos acima), Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul: abertura dos portões, às 11h, fechamento dos portões, 12h, início das provas, 12h30, término das provas, 18h.

Demais estados: abertura dos portões, às 12h, fechamento dos portões, 13h, início das provas, 13h30, término das provas, 19h.

O horário de término das provas é válido para o primeiro domingo do Enem. No segundo domingo, a prova terminará meia hora mais cedo.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Falta de qualificação é barreira para expansão da IA
Segundo especialistas ouvidos pelo Terra, o ensino dentro do setor de tecnologia precisa ser mais teórico e plural.

O consumidor final está se acostumando cada vez mais com atendentes de voz robóticos e os chats em que máquinas recebem informações de humanos para solucionar problemas. Por trás dessas soluções, há um trabalho de cientistas de dados, programadores e arquitetos da informação. Especialistas da empresa americana de computação IBM acreditam que desenvolver esse tipo de profissionais é um dos grandes desafios para a adoção da tecnologia de inteligência artificial (IA) dentro das

empresas.

Durante o evento "Data and AI Forum", em Miami, na Flórida (EUA), na última terça-feira (22), o gerente geral de dados e inteligência artificial da IBM, Rob Thomas, afirmou que a construção de equipes com profissionais qualificados para mexer com IA é um dos maiores desafios para a expansão da tecnologia nas companhias. Segundo ele, essa dificuldade não é exclusiva de um país, mas sim uma preocupação global.

No Brasil, a situação é bem semelhante a qual Thomas descreve. A demanda é alta dentro do País por profissionais qualificados para mexer com dados e realizar projetos de inteligência artificial. Segundo dados do relatório "Inteligência e Formação" da Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom), o setor de tecnologia necessitará, até 2024, de 70 mil profissionais ao ano. Cientistas de dados, programadores e arquitetos da informação são fundamentais para a adoção da tecnologia de inteligência artificial (IA) dentro das empresas.

Ao mesmo tempo, as instituições educacionais não estão conseguindo acompanhar o ritmo. De acordo com a Brasscom, o Brasil tem 46 mil profissionais formados dentro do setor de tecnologia ao ano. Na área de ciência de dados, por exemplo, há apenas oito cursos dentro da grade curricular das universidades, segundo o Ministério da Educação (MEC). Cinco dessas formações ainda não iniciaram suas aulas.

Para o diretor de dados e inteligência artificial da IBM para a América Latina, Leonardo González, a educação é uma das chaves para estimular o uso de IA nas empresas. "A base de tudo está no ensino", afirma o executivo ao Terra. "Temos que treinar essas capacidades que hoje são deficitárias em nossa sociedade." Segundo ele, é necessário que os novos profissionais não só tenham conhecimento prático, mas também teórico na área.

As instituições educacionais na América Latina - principalmente no Brasil e no México -, na visão de González, já começaram a olhar para a necessidade de um ensino mais teórico no setor de tecnologia. "Nenhuma universidade vai criar um curso de graduação se não houver demanda do mercado", diz. "Muitos estudantes já têm aprendido na Academia as teorias de inteligência artificial e aprendizado de máquina."

Na mesma linha de pensamento, o vice-presidente global de dados e inteligência artificial da IBM, Daniel Hernandez, também acredita que a capacitação de profissionais dentro da área de tecnologia é importante para o desenvolvimento de novas soluções. "Às vezes, o maior problema dentro das empresas nem é de tecnologia", afirma o executivo ao Terra. "A dificuldade pode ser de ter equipes qualificadas ou uma cultura organizacional muito rígida."

Apesar de entender a capacitação como um desafio para as grandes empresas, Hernandez crê que o ensino dentro do setor precisa ter um olhar mais plural. "Uma questão bem desafiadora é que cursos muitas vezes apenas ensinam o aluno a mexer em uma única plataforma de IA ou de Big Data", diz. Dessa forma, segundo ele, o profissional tem um aprendizado em como mexer em ferramentas e softwares de poucas empresas e não adquire um conhecimento teórico mais generalizado.

G1 - TEMPO REAL

Acadêmico da Ufopa é premiado em encontro nacional de inteligência artificial, em Salvador

Jorge Luiz Figueira apresentou artigo na categoria graduação e concorreu com mais quatro trabalhos.

O estudante do curso de ciências da computação da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), em Santarém, Jorge Luiz Figueira da Silva Júnior recebeu uma premiação durante o 15º Encontro Nacional de Inteligência Artificial e Computacional (Eniac), em Salvador (BA). O certificado foi de melhor artigo de graduação, entre os cinco trabalhos que concorreram na categoria.

O evento ocorreu de 15 a 18 de outubro e é indexado pelo Qualis da **Capes** na área de ciências da computação. A cerimônia de entrega da premiação ocorreu no jantar solene do encontro, realizado concomitantemente ao 8th Brazilian Conference on Intelligent Systems (Bracis). O prêmio busca reconhecer o mérito técnico-científico de pesquisas conduzidas por alunos de graduação.

Intitulado “A Lyric-Based Approach for Brazilian Music Knowledge Discovery: Brazilian Country Music as a Case Study”, o trabalho foi orientado pelo prof. Dr. Fábio Lobato, da Ufopa, em parceria com o Prof. Dr. Rafael G. Rossi, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS).

A parceria foi fruto do Programa de Mobilidade Acadêmica Externa Temporária Nacional (edital 082/2018-Proen). O trabalho também foi financiado parcialmente pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Para o prof. Fábio Lobato, estes editais de mobilidade acadêmica são muito importantes para complementar a formação dos discentes. “O Jorge desenvolveu atividades por três semanas na UFMS, junto ao Laboratório de Inovação em Engenharia de Software (LivES), e lá conseguiu concluir os experimentos do artigo. Este também é o tema do trabalho de conclusão de curso dele”, explica.

Segundo o acadêmico, a experiência obtida no intercâmbio superou as expectativas e o estágio abriu várias portas. “Embora curto, me permitiu atuar com outros pesquisadores do meu campo de estudo, e isso trouxe ganhos significativos para o meu trabalho, além da experiência de vida, é claro”, disse.

“A combinação das técnicas desenvolvidas na Ufopa com os métodos estudados na UFMS foi o que conferiu o diferencial ao trabalho, possibilitando concorrer ao prêmio”, completou.

Após o seu retorno, Jorge terá um curto período em Santarém, pois logo embarca para outro estágio, desta vez no Social CRM Research Center, vinculado à Universidade de Leipzig, na Alemanha. Jorge irá atuar por três meses em um projeto financiado pelo Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico, no qual o seu orientador atua como coordenador das atividades conduzidas no Brasil.

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprova R\$ 146 bilhões para educação básica no Orçamento de 2020

A aprovação foi durante debate nesta terça-feira (22)

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou, nesta terça-feira (22), emendas ao projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2020 (PLN 22/2019) e ao Plano Plurianual (PPA) 2020-2023 (PLN 21/2019).

Para o PPA, o colegiado aprovou emenda do senador Fabiano Contarato (Rede-ES) que amplia o volume de recursos para o programa educação básica de qualidade, de R\$ 93,4 bilhões para 146 bilhões. Outra emenda aprovada, do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), amplia de 45,45% a meta relacionada ao número de projetos que serão fomentados em programa de incentivo à cultura.

Para o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2020, o colegiado aprovou duas emendas no valor de R\$ 500 milhões, uma destinada a Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e outra destinada à aquisição de veículos para transporte de alunos na educação básica.

Debate

Durante a discussão da matéria, o senador Izalci Lucas (PSDB-DF), relator setorial da área de educação no Orçamento de 2020, defendeu a aprovação de emendas em apoio a programas de formação de professores de nível superior. Segundo ele, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** sofreu um dos maiores cortes orçamentários realizados pelo governo do presidente Jair Bolsonaro. Conforme explicou, as bolsas da **Capes**, que não recebem reajuste a seis anos, sofreram um corte de R\$ 1,62 bilhões.

O relator da matéria, senador Esperidião Amin (PP-SC) não atendeu ao pedido de Izalci, lembrando que a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados já aprovou emenda para o Orçamento de 2020 destinando recursos para a **Capes**.

Agência Senado

topo 

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

**Proposta do governo de extinção de Capes e CNPq destrói sistema de pesquisa
Outra preocupação da comunidade científica e dos servidores do setor é com a
drástica redução de verbas para C&T em 2020, ressalta reportagem da AdUFRJ**

O fim do Sistema Nacional de Tecnologia e Inovação (SNTI) está nos planos do governo Bolsonaro. O plano de fusão entre CNPq e **Capes** e a criação da Fundação Brasil de Ciência e Tecnologia é um dos principais fatores para a destruição do SNTI, na avaliação de diversos representantes da comunidade científica. A nova instituição ficaria sob a responsabilidade do Ministério da Educação.

Originado no MEC, o plano foi rechaçado pelo ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marcos Pontes, e pode ser levado à frente pelo presidente Jair Bolsonaro. Mesmo sob críticas de Pontes, a equipe do ministro da Educação, Abraham Weintraub, fez chegar o texto à Casa Civil já sob a forma de medida provisória. Com o CNPq, o MEC aumentaria sua pressão sobre as universidades federais, cujos projetos de pesquisa dependem fortemente da agência de fomento.

No entanto, após a reação de associações científicas e sindicais contra a fusão das duas agências, o plano parece estar em banho-maria. Parlamentares da já fragmentada base do governo, como o senador Major Olímpio (PSL-SP), fizeram críticas públicas ao

plano. “Houve um recuo. Se a MP for para o Congresso, tem menos chance de ser aprovada”, disse o presidente da SBPC, Ildeu Moreira.

As últimas informações sobre as propostas do governo para a área de C&T apontam um esvaziamento do MCTIC. Além da transferência do CNPq para o MEC, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), administrado pela Finep e vinculado ao MCTI, iria para o BNDES, ligado ao Ministério da Economia.

A Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) iria para o Ministério de Minas e Energia e a Agência Espacial Brasileira, para a Defesa. O Inpe poderia ir para a Defesa ou o Meio Ambiente.

O presidente do Sindicato dos Gestores em Ciência e Tecnologia e da Associação dos Servidores do CNPq, Roberto de Carvalho, lembrou que a proposta de governo Bolsonaro já sinalizava para o fim do atual sistema de C&T.

“O programa dizia que o sistema de C&T se esgotou e que era necessário ter uma mudança em torno da busca de recursos da iniciativa privada”, disse.

Carvalho enxerga como pano de fundo, para além do interesse do MEC em controlar o CNPq, o plano de reforma administrativa do ministro da Economia, Paulo Guedes, que tem defendido a forte redução do tamanho do Estado e a privatização do que for possível.

Embora veja falta de apoio parlamentar para aprovar a fusão neste momento, o presidente das entidades sindicais acredita que a ideia ainda está nos planos do governo. “Colocaram o pé no freio, mas não desistiram”, afirmou Carvalho.

Para a pró-reitora de pós-graduação da UFRJ, Denise Freire, a fusão entre **Capes** e CNPq é uma “medida equivocada” com consequências “muito negativas” ao SNTI, pois são instituições com propósitos distintos e complementares.

“Desde sua criação, o CNPq tem como objetivo fomentar projetos de pesquisa científicos e, recentemente, promover a inovação tecnológica e social. A **Capes** foi criada com a missão de qualificar profissionais de nível superior. Atualmente, fomenta a qualificação de recursos humanos de todo o sistema educacional brasileiro, com a introdução da educação básica e do ensino à distância”, disse. “A coexistência entre elas é fundamental para manter de pé os pilares da ciência, tecnologia e inovação no país”, completou.

Na avaliação da vice-presidente da Academia Brasileira de Ciências, Helena Nader, o argumento da economia de recursos com a junção das duas agências de fomento não se sustenta.

“Todo mundo é a favor da eficiência. Ninguém é contra isso. Porém, a proposta de fundir para a criação de uma fundação que faria as duas coisas não vai gerar economia. Vai destruir um sistema construído com muito sacrifício ao longo de 68 anos”, disse. Para a vice-presidente da ABC, o MCTI cuida de ciência, tecnologia e inovação, enquanto o MEC trata da educação. “É como você precisar de um oncologista e ser atendido por um pediatra. **Capes**, CNPq e Finep têm funções complementares, não são

substituíveis”, disse.

Orçamento de 2020

Outra preocupação da comunidade científica e dos servidores do setor é com a drástica redução de verbas para C&T em 2020.

No CNPq, as verbas previstas no ano que vem não contemplam editais de fomento a projetos de pesquisa. Estão no orçamento apenas as bolsas e em número mais reduzido.

Segundo a proposta do Executivo para o ano que vem, o CNPq teria entre 55 mil e 60 mil bolsas. Em 2019, os recursos têm coberto com muita dificuldade o pagamento de 84 mil bolsas, número bem inferior ao de anos anteriores. Em 2015, por exemplo, o CNPq concedeu 120 mil bolsas.

Na **Capes**, o orçamento de 2020 prevê R\$ 2 bilhões a menos em relação a 2019. Uma emenda parlamentar de R\$ 600 milhões pode reduzir para R\$ 1,4 bi esta diferença.

Já o FNDCT está com 90% do seu orçamento contingenciado. Dos R\$ 6 bilhões que recebe de fundos setoriais, menos de R\$ 1 bilhão foi destinado a atividades científicas. Os recursos do FNDCT apoiam projetos da Finep, do MCTI e do CNPq,

“Em vez de discutir a fusão, o governo deveria discutir o financiamento do setor. O governo está debatendo com o foco errado. O foco hoje é discutir com a comunidade científica e com a sociedade como superar a crise de financiamento à ciência, não gerando mais uma crise. O sistema está paralisado”, afirmou o ex-ministro de Ciência e Tecnologia Celso Pansera, que ocupou o cargo entre 2015 e 2016.

Na sua avaliação, o atual governo não entende o SNCTI. “Há uma certa birra do Weintraub e do Ministério da Economia, como se nada existisse antes, é uma atitude deletéria”, completou.

Para Ildeu Moreira, se de fato avançar o plano de desidratar o setor de C&T, o efeito será devastador sobre a produção científica. “Eles não percebem a importância que a C&T tem. O Brasil está dando um tiro no pé”, afirmou o presidente da SBPC.

Preocupado com o orçamento de 2020, ele avalia que existe uma dificuldade de o Congresso brasileiro contestar aquilo que foi proposto no Orçamento pelo Executivo.

A margem de manobra são as emendas parlamentares, que, no entanto, têm valores muito baixos em relação ao orçamento necessário para a área de C&T.

“O Parlamento brasileiro ainda não tem a tradição de mudar o Orçamento. Está na Constituição que ele pode mudar. Mesmo os deputados que defendem o setor têm muita dificuldade porque vem um pacote muito fechado do Executivo”, disse Ildeu Moreira.

AdUFRJ

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Nova etapa na luta por recursos para a ciência

Instituições voltam ao Congresso no próximo dia 12 por emendas ao orçamento de 2020

As entidades que fazem parte da Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP.br) voltarão ao Congresso em novembro para mais uma rodada de negociações em defesa dos recursos para a Educação e a Ciência. “O foco agora é o Orçamento Geral da União para o ano que vem”, afirma o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ildeu de Castro Moreira.

“Colocamos como ponto central das próximas semanas a briga para melhorar o orçamento para 2020”, diz Moreira. Ele lembra que o Projeto de Lei Orçamentária (PLOA 2020) enviado pelo Executivo ao Congresso em agosto reduziu muito os recursos para o fomento à pesquisa do CNPq, afetou fortemente a **Capes** que teve corte pela metade de suas verbas, prejudicou as universidades com a redução significativa dos recursos para custeio e capital. Também houve queda expressiva dos recursos para órgãos como Embrapa e Finep, que administra o FNDCT -fundo de origem privada que continua contingenciado em 90%. O orçamento previsto para despesas e investimentos do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) caiu de R\$ 5,7 bilhões neste ano para R\$ 3,5 bilhões no próximo.

A intenção é fazer uma nova rodada de negociações com os parlamentares agora que o PLOA 2020 já recebeu as propostas de alteração vindas das comissões e as emendas de bancada. “Com as propostas já encaminhadas ao relator da Comissão Mista do Orçamento, teremos um quadro mais definitivo e vamos agir, pedindo uma melhoria dos recursos para Ciência, Tecnologia e Educação”, comentou o presidente da SBPC.

Um mapeamento feito pela SBPC apontou oito emendas propostas por comissões e bancadas que devem ser o foco da atenção da ICTP.br. São quatro emendas ao Orçamento do Ministério da Educação no valor total de R\$ 1,2 bilhão, e quatro ao orçamento do MCTIC que, somariam R\$ 778 milhões ao PLOA do Ministério. Além disso, há emendas ao Projeto de Lei do Plano Plurianual (PLPPA 2020-2023) contendo inclusões às metas de ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica, elevar a qualidade de Educação Básica e a taxa bruta de matrícula na graduação em dez pontos percentuais, em consonância com o disposto no Plano Nacional de Educação.

Moreira chamou a atenção para vitórias recentes da ICTP.br como a aprovação de emendas que recuperaram R\$ 600 milhões ao orçamento da **Capes** e R\$ 300 milhões para bolsas do CNPq, o que, para ele, demonstra o sucesso da sensibilização dos parlamentares à causa da educação e da ciência. Entretanto, ele pondera que as emendas apenas atenuam perdas maiores sofridas pelas agências de financiamento à pesquisa. “Por isso insistimos com os relatores que é importante mexer mais no Orçamento de 2020, em particular a reserva de contingência (do FNDCT) que está muito elevada”. Ele observou ainda que somente as emendas individuais e de bancada são impositivas, as de comissão não são, portanto estão sujeitas a cortes no ano que vem.

Veja aqui as propostas para CT&I.

Veja aqui as propostas para Educação.

Janes Rocha e Mariana Mazza – Jornal da Ciência